

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Relatório da Administração	13
Notas Explicativas	30
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	79
Proposta de Orçamento de Capital	80
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	82
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	85
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	87

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.876
Preferenciais	0
Total	5.876
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2018	Ordinária		13,55052
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2018	Dividendo	25/04/2018	Ordinária		6,59950
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		12,75950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	3.814.099	3.587.538
1.01	Ativo Circulante	1.113.702	1.099.211
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.206	185.371
1.01.03	Contas a Receber	752.766	658.063
1.01.03.01	Clientes	752.766	658.063
1.01.06	Tributos a Recuperar	106.689	142.985
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	106.689	142.985
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.318	69.781
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	18.371	73.204
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	185.041	112.792
1.01.08.03	Outros	185.041	112.792
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	4	73
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	104.830	53.429
1.01.08.03.03	Outros créditos	80.207	59.290
1.02	Ativo Não Circulante	2.700.397	2.488.327
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.026.745	1.806.587
1.02.01.04	Contas a Receber	1.589.686	1.380.190
1.02.01.04.01	Clientes	12.941	38.672
1.02.01.04.02	Ativos da concessão	184.108	163.687
1.02.01.04.03	Ativo financeiro indenizável	1.392.637	1.177.831
1.02.01.07	Tributos Diferidos	213.586	259.113
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.586	259.113
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	223.473	167.284
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	48.162	39.080
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	116.404	81.000
1.02.01.10.05	Ativos financeiros setoriais	54.461	44.208
1.02.01.10.06	Outros créditos	4.446	2.996
1.02.02	Investimentos	907	908
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	907	908
1.02.03	Imobilizado	528	470
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	528	470
1.02.04	Intangível	672.217	680.362
1.02.04.01	Intangíveis	672.217	680.362
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	672.217	680.362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	3.814.099	3.587.538
2.01	Passivo Circulante	969.787	1.030.532
2.01.02	Fornecedores	366.979	385.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	366.979	385.501
2.01.03	Obrigações Fiscais	165.665	142.599
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	67.894	59.091
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	187
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	67.894	58.904
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	96.652	82.381
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.119	1.127
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	198.889	216.293
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.392	172.681
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	111.392	172.681
2.01.04.02	Debêntures	87.497	43.612
2.01.05	Outras Obrigações	188.596	243.315
2.01.05.02	Outros	188.596	243.315
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	63.729	67.680
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	68.253	97.532
2.01.05.02.06	Passivos financeiros setoriais	0	22.597
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	56.614	55.506
2.01.06	Provisões	49.658	42.824
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.112	37.042
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	41.112	37.042
2.01.06.02	Outras Provisões	8.546	5.782
2.01.06.02.04	Outras Provisões	8.546	5.782
2.02	Passivo Não Circulante	1.919.279	1.765.106
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	979.924	767.283
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	312.319	317.782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	312.319	317.782
2.02.01.02	Debêntures	667.605	449.501
2.02.02	Outras Obrigações	157.441	160.878
2.02.02.02	Outros	157.441	160.878
2.02.02.02.03	Encargos setoriais	132	0
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	111.549	115.624
2.02.02.02.06	Passivos financeiros setoriais	45.551	43.862
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	209	1.392
2.02.03	Tributos Diferidos	855	6
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	855	6
2.02.04	Provisões	781.059	836.939
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	781.059	836.939
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16	16
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	81.670	74.800
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	655.674	733.592
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	40.459	27.271
2.02.04.01.05	Outros	3.240	1.260
2.03	Patrimônio Líquido	925.033	791.900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	650.572	650.572
2.03.02	Reservas de Capital	20.615	20.615
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	20.615	20.615
2.03.04	Reservas de Lucros	554.297	497.004
2.03.04.01	Reserva Legal	31.966	23.441
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	411.829	411.143
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	27.801	23.641
2.03.04.11	Lucros Retidos à Deliberar	82.701	38.779
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-300.451	-376.291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.391.814	2.948.308
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.853.650	-2.457.306
3.02.01	Custo com energia elétrica	-2.161.703	-1.810.333
3.02.02	Custo de operação	-355.633	-347.285
3.02.03	Custo do serviço prestado a terceiros	-336.314	-299.688
3.03	Resultado Bruto	538.164	491.002
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-239.405	-198.253
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.912	-42.642
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.563	-101.733
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-72.930	-53.878
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	298.759	292.749
3.06	Resultado Financeiro	-92.635	-143.240
3.06.01	Receitas Financeiras	109.782	84.699
3.06.02	Despesas Financeiras	-202.417	-227.939
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	206.124	149.509
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.630	-20.943
3.08.01	Corrente	-26.131	-31.291
3.08.02	Diferido	-9.499	10.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	170.494	128.566
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	170.494	128.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	29,01532	21,87985
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	29,01532	21,87985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	170.494	128.566
4.02	Outros Resultados Abrangentes	75.840	-71.193
4.02.01	Ganhos e (perdas) atuariais - benefícios pós-emprego	114.909	-107.869
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-39.069	36.676
4.03	Resultado Abrangente do Período	246.334	57.373

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.573	399.697
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	575.530	549.290
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	206.124	149.509
6.01.01.02	Tributos diferidos	849	2.999
6.01.01.03	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	49.912	42.642
6.01.01.05	Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	48.988	34.858
6.01.01.06	Ativos e passivos financeiros setoriais	-4.756	-1.413
6.01.01.07	Valor justo do ativo financeiro indenizável	-30.110	-13.816
6.01.01.08	Depreciações e amortizações	104.078	100.182
6.01.01.10	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	3.475	4.913
6.01.01.11	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	89.004	92.255
6.01.01.12	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	81.810	76.188
6.01.01.13	Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	29.584	44.473
6.01.01.15	Ajuste a valor presente	-2.570	-862
6.01.01.17	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	13.031	17.604
6.01.01.18	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-15.807	-5.042
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	1.918	4.800
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-369.957	-149.593
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	-122.218	-112.789
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-29.923	-5.471
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a compensar	30.168	8.490
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	45.751	-62.723
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-19.528	8.313
6.01.02.06	Estoques	-22.518	-17.469
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-21.710	-2.718
6.01.02.08	Fornecedores	-21.997	77.265
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-18.386	89.724
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	-40.575	-34.387
6.01.02.12	Encargos setoriais	-42.178	-20.326
6.01.02.13	Provisões	-12.658	-15.547
6.01.02.14	Passivos financeiros setoriais	-47.883	-8.272
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	71	-5.427
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-46.373	-48.256
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-323.398	-291.349
6.02.04	Alienação de bens e direitos	0	2.781
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível	-323.398	-294.130
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.660	-160.825
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-100.000	-191.090
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	508.102	390.748
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-335.271	-248.058
6.03.06	Pagamentos de Encargos de dívidas	-71.171	-112.425
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-116.165	-52.477

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	185.371	237.848
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.206	185.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	650.572	20.615	497.004	-5.904	-376.291	785.996
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	650.572	20.615	497.004	-5.904	-376.291	785.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	44.475	-151.772	0	-107.297
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-74.975	0	-74.975
5.04.08	Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018	0	0	-5.904	5.904	0	0
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-38.779	0	0	-38.779
5.04.10	Lucros retidos à deliberar	0	0	82.701	-82.701	0	0
5.04.11	Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018	0	0	6.457	0	0	6.457
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.494	75.840	246.334
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.494	0	170.494
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	75.840	75.840
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	114.909	114.909
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-39.069	-39.069
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.818	-12.818	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.525	-8.525	0	0
5.06.04	Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	0	0	4.293	-4.293	0	0
5.07	Saldos Finais	650.572	20.615	554.297	0	-300.451	925.033

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	650.572	20.615	585.551	0	-305.098	951.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	650.572	20.615	585.551	0	-305.098	951.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-98.711	-118.402	0	-217.113
5.04.06	Dividendos	0	0	-137.490	0	0	-137.490
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-79.623	0	-79.623
5.04.08	Lucros retidos à deliberar	0	0	38.779	-38.779	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.566	-71.193	57.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.566	0	128.566
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-71.193	-71.193
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-107.869	-107.869
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	36.676	36.676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.164	-10.164	0	0
5.06.04	Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	0	0	3.736	-3.736	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Legal	0	0	6.428	-6.428	0	0
5.07	Saldos Finais	650.572	20.615	497.004	0	-376.291	791.900

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	5.457.852	4.835.564
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.135.894	4.555.723
7.01.02	Outras Receitas	371.873	322.483
7.01.02.01	Receita de Construção	335.846	298.718
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	30.110	13.816
7.01.02.03	Outras receitas	5.917	9.949
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-49.915	-42.642
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.031.556	-2.572.377
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.031.602	-1.732.132
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-209.177	-192.152
7.02.04	Outros	-790.777	-648.093
7.02.04.01	Encargos de uso da rede de energia elétrica	-345.122	-256.688
7.02.04.02	Custo com construção da infraestrutura	-335.846	-298.718
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-109.809	-92.687
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.426.296	2.263.187
7.04	Retenções	-111.366	-106.446
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.366	-106.446
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.314.930	2.156.741
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	116.895	98.226
7.06.02	Receitas Financeiras	116.895	98.226
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.431.825	2.254.967
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.431.825	2.254.967
7.08.01	Pessoal	124.298	123.729
7.08.01.01	Remuneração Direta	87.808	86.740
7.08.01.02	Benefícios	28.573	28.878
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.917	8.111
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.923.161	1.766.275
7.08.02.01	Federais	862.381	843.269
7.08.02.02	Estaduais	1.058.735	921.355
7.08.02.03	Municipais	2.045	1.651
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	213.872	236.397
7.08.03.01	Juros	206.990	232.527
7.08.03.02	Aluguéis	6.882	3.870
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	170.494	128.566
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	74.975	79.623
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.519	48.943

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2018, a EDP no Espírito Santo manteve sua estratégia de melhoria na qualidade do serviço, reforço da eficiência, combate às perdas e inadimplência e na execução do seu plano de investimentos, com foco na satisfação do cliente e na segurança, com destaque ao princípio um, que é a **“Vida Sempre em Primeiro Lugar”**. Esta estratégia foi desenvolvida buscando o equilíbrio entre clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e sociedade em geral.

Com ambiente econômico mais favorável, registramos um aumento de 1,7% no número de clientes em relação a 2017 representando 26 mil novos clientes conectados à rede de distribuição de energia da companhia e com aumento do volume de energia distribuída em 3,8% em relação ao consumo de energia de 2017 (Desconsiderando contrato de venda Santa Maria – Concessionárias).

Reforçamos os investimentos na rede de Distribuição, no combate às perdas e novas tecnologias. Os investimentos líquidos totalizaram R\$ 335,8 milhões, 12,4% acima dos montantes de 2017, destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes protegidas e religadores automáticos, os quais garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica. Como resultado, as perdas totais atingiram o valor de 11,94%, queda de 1,03 p.p em relação a 2017 e o DEC (índice que mede a duração das interrupções de fornecimento nos últimos 12 meses) foi de 8,24 horas, queda de 0,18 horas em relação a 2017.

Na sequência da busca de eficiência, produtividade e qualidade na execução, a EDP Espírito Santo em 2018, continuou investindo em tecnologia, e fez uma transformação digital no atendimento telefônico, com inteligência artificial e *upgrade* de ferramentas de gestão, que são referência no mercado. Continuou a utilização de robôs de primeira geração que são capazes de automatizar processos manuais e repetitivos, além de novas tecnologias de *analytics*.

Em prosseguimento a metodologias de Orçamento Base Zero, novas iniciativas foram aplicadas permitindo maior eficiência aos custos operacionais.

Outro fato importante foi o Reajuste Tarifário que em relação a tarifa praticada, o efeito percebido pelos clientes foi um aumento médio de 15,87%. O reajuste anual decorre da atualização dos custos de geração, transmissão e distribuição da energia elétrica, assim como dos encargos setoriais, conforme regras estabelecidas pela ANEEL.

Por fim, todos estes resultados foram obtidos sem acidentes com afastamento pelo terceiro ano consecutivo demonstrando uma melhoria dos indicadores e o nosso compromisso com a segurança, que é o nosso valor fundamental.

O reconhecimento veio através dos clientes, na pesquisa da ABRADEE de Satisfação dos Clientes Residenciais (ISQP), onde a Companhia manteve dentro da margem de erro o índice de satisfação, passando de 80,7% em 2017 para 79,3%. Já na pesquisa de Grandes Clientes, a EDP Espírito Santo teve um aumento na satisfação dos clientes em 4,8 p.p., passando de 75,8% para 80,6%, estando assim entre as 5 melhores empresas do ranking nacional.

As conquistas foram importantes mas permanecem os desafios de manutenção da trajetória de mais eficiência, melhoria contínua e excelência na gestão para atender as expectativas de nossos clientes, colaboradores, sociedade e acionistas.

Michel Nunes Itkes
Diretor Presidente

Relatório da Administração



A COMPANHIA

A EDP Espírito Santo, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005.

A EDP Espírito Santo atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,8 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2018 foi bastante positivo para a economia capixaba. O produto interno bruto (PIB) ¹ do Espírito Santo avançou de 2,3%, no acumulado dos nove primeiros meses do ano, na comparação com igual período de 2017. Com esse desempenho a atividade econômica estadual ficou acima da nacional, que cresceu 1,1% na mesma base de comparação.

A inflação² (4,19%, na Grande Vitória) e as taxas de juros³ (atualmente a taxa de juros básico da economia se encontra em 6,50% a.a.) - em níveis historicamente baixos – colaboraram para o avanço da atividade econômica do estado.

Em 2018, a vendas do varejo⁴ que cresceram 7,7%, no acumulado até outubro de 2018. O comércio varejista ampliado - que inclui as atividades de veículos, motos e material de construção – teve aumento ainda maior, de 14,4% nas vendas. Destacaram-se, os segmentos de vendas móveis e eletrodomésticos (28,3%) e de veículos, motocicletas, partes e peças (26,8%).

A agricultura capixaba, depois da crise hídrica entre 2015 e 2016, deu sinais de retorno à normalidade. A expectativa atual para 2018 é de aumento no volume de produção agrícola⁵ na ordem de 14,7%, em relação a 2017.

A produção industrial⁶, por sua vez, apesar do resultado negativo (-1,3%), no acumulado dos onze meses do ano frente o mesmo período de 2017, tem dado sinais de retomada. De julho a novembro/2018, a atividade industrial avançou 3,6%, puxada pelos setores de extrativos mineral (+5,8%) e produtos alimentícios (+12,5%), na comparação com o mesmo período do ano passado.

Nesse contexto, o emprego formal também avançou. De acordo com CAGED⁷, o saldo de empregos no Espírito Santo - no acumulado até novembro – teve incremento de 3,03%, com a criação de 21 mil vagas de carteira assinada. O setor de serviços sobressaiu-se com o saldo positivo de 11 mil vagas, mas vale destacar também o aumento de vagas nos setores de construção civil (4,2 mil) e na indústria de transformação (3,8 mil).

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2018 foi caracterizado por importantes marcos no ambiente regulatório.

A Medida Provisória nº 814, publicada em 29 de dezembro de 2017, versa, entre outros temas, sobre uma solução do risco hidrológico de geradores com contratos no mercado livre. Também aborda a privatização da Eletrobrás, aumento de custeio de subsídios e encargos (CCC/CDE, ampliação do Baixa Renda, Programa Luz para Todos) e aumento do preço de energia para retomada de Angra 3. Os efeitos políticos dos impactos tarifários desses temas contribuíram para a perda de apoio parlamentar da MP 814/2017, a qual deixou de ter validade em junho de 2018.

¹ Fonte: IJSN. Indicador trimestral de PIB do Espírito Santo. 3º Trimestre de 2018

² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC – Dezembro/2018.

³ Fonte: Banco Central do Brasil. Meta SELIC em 31/12/2018.

⁴ Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio. Outubro/2018

⁵ Fonte: INCAPER. Boletim da Conjuntura Agropecuária Capixaba. Setembro/2018

⁶ Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional. Novembro/2018

⁷ Fonte: CAGED/MTE. Novembro/2018

Relatório da Administração



Em 27 de abril de 2018, a ANEEL divulgou os novos critérios de acionamento das bandeiras tarifárias. A definição das faixas de acionamento observará limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo conhecido do Sistema Interligado Nacional (SIN). A partir de 2019, a regra de acionamento e do tratamento da cobertura tarifária será reavaliada com base no calendário hidrológico, em abril, final do período úmido. A métrica de acionamento leva em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos. A bandeira amarela permanece R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos e frações. A bandeira vermelha no patamar 1, R\$ 3,00 a cada 100 kWh e, no patamar 2, R\$ 5,00 a cada 100 kWh.

Em 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 824, que cria o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), permitindo às distribuidoras negociarem até 15% de sua energia sobrecontratada com o Ambiente Livre de Contratação (ACL) em formato de leilão, com produtos trimestrais, semestrais e anuais, com preço fixo declarado pela vendedora. A distribuidora assume o risco de ganho e perda no volume negociado acima dos 5% de sobrecontratação. Para evitar impactos tarifários, eventual prejuízo ao consumidor no volume de energia negociada dentro dos 5% de sobrecontratação (que a distribuidora já teria direito de repasse) é assumido pela distribuidora. Em caso de lucro na operação, o ganho é compartilhado com o consumidor. Além disso, a energia vendida que seja lastreada em fontes renováveis perde o desconto na tarifa de uso da rede (TUST/TUSD) no lado do consumo, de forma a não onerar o subsídio de energia incentivada via encargo CDE.

Em dezembro a Resolução Normativa nº 833/2018 adicionou a possibilidade de a distribuidora ofertar o produto "PLD+spread" (Preço de Liquidação de Diferenças, preço da energia Mercado de Curto Prazo) no MVE, conferindo maior flexibilidade na gestão do risco na energia negociada.

Em 15 de agosto de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 826, que alterou o critério de repasse dos recursos faturados pela distribuidora para a Conta Bandeiras. Segundo o novo procedimento, as distribuidoras passam a repassar somente o excedente faturado, ao invés de todo o montante.

No dia 28 de dezembro de 2018, o Governo brasileiro editou o Decreto 9.642 que elimina gradualmente os subsídios que integram as tarifas de energia elétrica, a uma taxa de 20% ao ano, durante 5 anos. Os subsídios objeto de redução são aqueles relativos ao desconto para as classes rural, irrigação/aquicultura e água/esgoto/saneamento. O decreto também acaba com a cumulatividade de descontos para os beneficiários das classes rural e irrigação/aquicultura.

REVISÕES TARIFÁRIAS E REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em 07 de agosto passou a ser aplicado o reajuste tarifário anual da EDP Espírito Santo com efeito médio percebido pelos consumidores de +15,87%, sendo +14,99% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e de +16,30% para os consumidores atendidos em baixa tensão. A parcela B foi reajustada em 7,19%, resultando em R\$ 861,8 milhões. Para o período tarifário, a componente Produtividade (Pd) anual do Fator X foi estabelecida em 1,15%, enquanto a componente T (Trajetória de Custos Operacionais) foi de 0,00%. Quanto à componente Q, referente à variação dos indicadores de qualidade do serviço DEC e FEC, a variação foi de -0,10%. A parcela A foi definida em R\$ 2.518 milhões e os componentes financeiros, em R\$ 242,3 milhões.

Relatório da Administração**MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA****Balanço Energético (MWh)**

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na

distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.

EDP ESPÍRITO SANTO	2018	2017
Itaipu + Proinfa	1.610.648	1.582.931
Leilão	6.240.915	6.278.249
Outros ¹	230.117	307.982
Energia em Trânsito	4.077.408	3.661.316
Total Energia Recebida	12.159.088	11.830.478
Perdas Transmissão	91.325	110.595
Perdas de Itaipu	82.720	81.026
Vendas C.Prazo	-550.824	-333.603
Ajustes C.Prazo	1.756	12.558
Cessões MCSD Energia Nova	-218.710	-
Total Perdas	504.404	512.666
Energia Requerida	11.654.683	11.317.812
Suprimento	343.958	458.610
Fornecimento	5.842.233	5.730.137
Perdas e Diferenças	1.391.085	1.467.749
Energia em Trânsito	4.077.408	3.661.316
Total Energia Distribuída	11.654.683	11.317.812

(1) Bilaterais e Compras no Curto Prazo

Compra de Energia

A compra de energia em 2018 foi de 8.081 GWh, inferior em 1,1% à de 2017. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 19,9%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 77,2%, os Contratos Bilaterais 2,8% e o Curto Prazo 0,02%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A EDP Espírito Santo vendeu 6.186,1 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 3.972,2 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 8,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Espírito Santo apresentou um aumento no volume em relação ao ano anterior de 3,1% (Considerando contrato de venda Santa Maria – Concessionárias), totalizando 10.158,4 GWh.

Relatório da Administração

Janeiro a Dezembro				
	MWh		Consumidores	
	2018	2017	2018	2017
Fornecimento				
Residencial	2.301.212	2.216.441	1.220.718	1.201.006
Industrial	594.794	655.462	11.133	11.163
Comercial	1.280.857	1.254.150	124.835	124.253
Rural	788.793	778.227	193.557	187.394
Outros ⁽¹⁾	869.001	818.346	13.550	13.540
Consumo próprio	7.576	7.511	212	222
Total Fornecimento	5.842.233	5.730.137	1.564.005	1.537.578
Suprimentos ⁽²⁾	343.958	458.610	0	1
Total Fornecimento e suprimento	6.186.191	6.188.747	1.564.005	1.537.579
Disponibilização do Sistema de Distribuição	3.972.244	3.661.316	342	282
Total Energia Distribuída	10.158.435	9.850.063	1.564.347	1.537.861
Energia de curto prazo	550.824	333.603		
Receita Operacional Líquida	10.709.259	10.183.666	1.564.347	1.537.861

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Suprimentos = Contrato de Venda com Santa Maria

QUALIDADE

Os indicadores DEC e FEC, apresentam-se em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2018 registradas 8,24 horas e 4,76 interrupções, respectivamente, refletindo os investimentos realizados para ações de manutenção preventiva, obras de melhoria, inovações nos ativos do sistema elétrico de distribuição e melhoria constante nos processos adotados por todas as áreas envolvidas com a operação do sistema.

Indicador	Unidade		2015	2016	2017	2018
DEC	Horas	Real	8,89	8,80	8,42	8,24
		Meta Aneel Regulatoria	10,17	9,93	9,81	9,73
FEC	Vezez	Real	4,98	5,40	5,20	4,76
		Meta Aneel Regulatoria	7,85	7,65	7,65	7,27

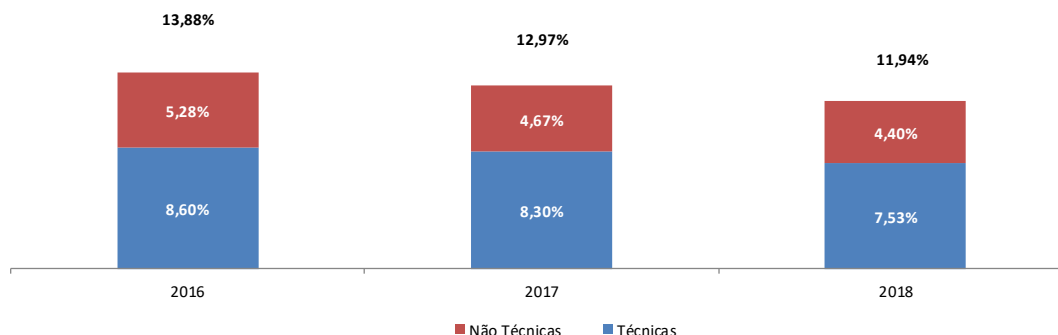
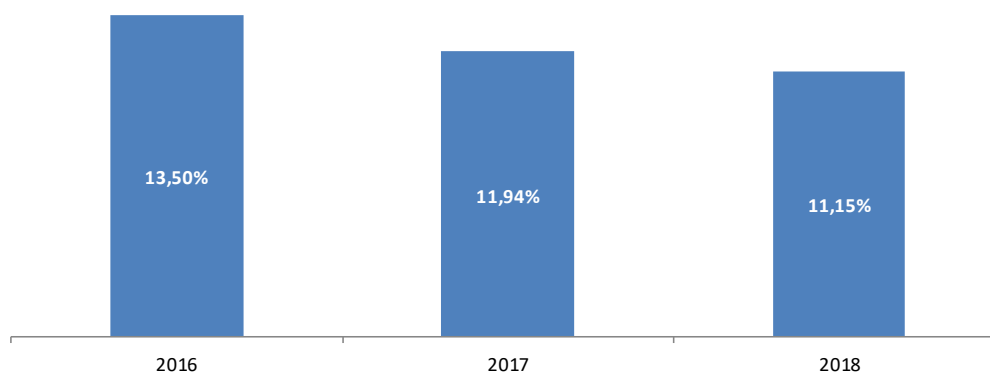
DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)

Nota: O DEC e FEC das distribuidoras divulgados no trimestre são prévios, uma vez que o indicador final é divulgado até 30 dias após o fechamento do mês.

PERDAS TÉCNICAS E NÃO TÉCNICAS

As perdas totais em 2018 foram de 11,94%, redução de 1,03 p.p. em relação a 2017. As perdas técnicas reduziram 0,77 p.p, passando de 8,30% para 7,53% e as perdas não técnicas fecharam o ano em 4,40%.

Relatório da Administração**Perdas Técnicas e Não Técnicas (%)****Não Técnicas Mercado BT****Combate às Perdas Não Técnicas**

As perdas não técnicas da EDP Espírito Santo apresentaram queda de 0,79 p.p. em relação ao ano anterior, fechando o ano em 11,15 % em relação ao mercado de baixa tensão. Este resultado representa o menor valor dos últimos 16 anos, influenciado pela efetividade das ações de combate às perdas no ano.

Em 2018, a estratégia de combate às perdas baseou-se na blindagem das maiores cargas através de monitoramento remoto, na recuperação de energia em unidades de alta complexidade social através da blindagem de rede e exteriorização de medição e em programas de eficiência energética, ampliação da recontagem dos pontos de iluminação pública e na realização de inspeções de irregularidade.

Vale ressaltar que foram instalados 3.572 equipamentos de monitoramento remoto em unidades consumidoras de elevado consumo. Já nas áreas de alta complexidade social, o projeto SMC BTZero, que visa exteriorizar a medição de energia e eliminar a rede de baixa tensão, extinguindo assim os pontos vulneráveis ao furto de energia, foi implantado em 24.434 unidades consumidoras em 2018. Diante do exposto totalizam 114.504 unidades monitoradas na empresa, que representam 62,95% da energia distribuída a clientes finais.

Ademais, para áreas de alta complexidade social foi desenvolvido projeto de regularização de unidades clandestinas, denominado Agentes da Boa Energia, que contemplou no ano de 2018 um total de 16.655 residências beneficiadas com a instalação de padrão de entrada, kit de ligação interna, substituição de lâmpadas incandescentes e negociação de débitos.

Quanto às ações de fiscalização, foram realizadas 99.937 mil inspeções de combate à fraude e 79.484 retiradas de ligações clandestinas. Como resultado das ações foram executadas 58 mil substituições de medidores obsoletos ou suscetíveis à fraude ou danificados.

Relatório da Administração



Vale destacar outro projeto de grande representatividade, a recontagem dos pontos de iluminação pública, abrangendo 134.780 pontos fiscalizados. Neste projeto são documentados a contagem e características dos pontos de iluminação pública no município, como o tipo da lâmpada, por exemplo: sódio ou metálica, a potência, e coordenada geográfica, desencadeando, por consequência, os entendimentos e providências com vistas ao correto faturamento do fornecimento de energia elétrica à classe de consumo, assim como a cobrança complementar conforme autoriza a regulamentação em vigor estabelecida pela ANEEL.

PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Descrição	2018	2017	Var. %
Subestações			
Quantidade	92	88	4,5
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.975	3.844	3,4
Redes de Distribuição - Própria (Km)	64.049	63.381	1,1
AT (maior ou igual a 69 KV)	2.844	2.732	4,1
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	51.635	51.110	1,0
BT (menor que 1 kV)	9.570	9.539	0,3
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	143.883	141.226	1,9
Urbano	32.825	31.522	4,1
Rural	111.058	109.704	1,2
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	4.232	4.127	2,5
Urbano	2.197	2.004	9,6
Rural	2.035	2.123	-4,1
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	722.621	719.563	0,4
Urbano	301.594	297.277	1,5
Rural	421.027	422.286	-0,3

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP Espírito Santo mantém canais de relacionamento de fácil acessibilidade, interação e dotados de tecnologia digital e inteligência artificial, disponibilizados aos seus clientes que estão segmentados por nível de tensão de fornecimento, a saber: unidades consumidoras atendidas em média e alta tensão (grandes clientes) e unidades consumidoras atendidas em baixa tensão e por classe de clientes, pertencentes às esferas privada e pública, no âmbito federal, estadual e municipal.

O relacionamento com os seus clientes pode ser realizado através das agências de atendimento presencial e agentes comerciais, atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativos, poderes públicos e órgãos de defesa do consumidor, além da agência virtual (*web*), *SMS*, aplicativo EDP (APP com *chat*) e *call center*. Além desses canais de relacionamento, há uma estrutura de Ouvidoria com *call center* dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a Ouvidoria da ANEEL.

Em relação aos canais de relacionamento virtuais, os mesmos compreendem: Agência Virtual (*web* com *chat*), *SMS* e Aplicativo EDP Online – (App com *chat*):

- Agência Virtual: a página de serviços da EDP Online na internet (www.edponline.com.br) possui *layout* moderno e maior acessibilidade, tais como solicitação de ligação nova, entrada de projeto elétrico e acordo de pagamento. Este canal de relacionamento permite o acesso, de forma segura, com a criação de *login* e senha para o cliente ou através de conta de *Gmail* e *Facebook*, contribuindo para aprimorar o atendimento, dando maior conforto e celeridade na execução das solicitações, além de facilitar o acompanhamento das mesmas pelos clientes, com maior interação e agilidade no tráfego de dados, dentro dos mais elevados padrões de segurança das informações.
- *SMS*: neste canal de atendimento o cliente pode informar, de forma gratuita, prática e célere, a falta de energia.

Relatório da Administração



- Aplicativo EDP: este canal foi desenvolvido para dispositivos móveis (*smartphones e tablets*), é baixado gratuitamente, e facilita o contato dos clientes com a distribuidora, trazendo praticidade na solicitação de serviços e na palma da mão. O cliente pode obter informações, realizar agendamentos para atendimento presencial nas Agências e esclarecer dúvidas, a partir da funcionalidade de *chat* em tempo real. Com o aplicativo já é possível aderir, dentre outros serviços, à entrega de conta por *e-mail*, cadastrar-se para débito automático, solicitar código de barras para pagamento de fatura, acordo de pagamento, notificar falta de energia e enviar fotos no *chat online*. O aplicativo foi desenvolvido e customizado para uso exclusivo dos clientes da concessionária EDP e dentro dos mais elevados padrões de segurança, modernidade e praticidade.

Nestes canais virtuais em 2018 foram gerados 8,5 milhões de consultas e serviços.

Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Espírito Santo conta também com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Serviço 0800), com uma equipe de mais de 350 atendentes para proporcionar um atendimento adequado, eficiente e ágil, além de dispor de uma infraestrutura e parque tecnológico de última geração.

Esta Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e com ligação gratuita para o 0800 721 0707, e conta também com um canal exclusivo para deficiente auditivo através do 0800 727 2655. Por meio do *Call Center* foram realizados 1,5 milhões de atendimentos em 2018, que está preparado para os atendimentos comerciais, técnicos e emergenciais em todos os 70 municípios da sua área de concessão, bem como realiza o monitoramento e interações com os seus clientes nas Mídias Sociais, tais como *Facebook, Instagram, Twitter* e *Reclame Aqui*.

Importante destacar que a EDP Espírito Santo pauta a sua atuação de maneira ética, justa, transparente, isonômica e cortês nas interações com os seus clientes, dentro de elevados padrões de qualidade, inclusive com processos devidamente certificados nas Normas da ISO 9.001 em seus canais de relacionamento, com foco na melhoria contínua da satisfação dos seus clientes.

A distribuidora oferece também o serviço de Ouvidoria, que deve ser acionado sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento e pode ser contatada por meio de central de tele atendimento - CTA dedicada, *e-mail, Whatsapp*, correspondência ou ainda presencialmente.

A Ouvidoria realiza sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês a intermediação entre as manifestações dos clientes e a distribuidora atuando como representante dos direitos do cliente junto a distribuidora. No ano de 2018 a Ouvidoria da EDP Espírito Santo recepcionou mais de 32,9 mil contatos de clientes e intermediou 4,9 mil manifestações.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2018, foram encerrados nove e iniciados onze projetos de P&D, permanecendo assim vinte e cinco projetos em execução, com investimentos na ordem de R\$ 11,8 milhões. Dentre os projetos encerrados, destacam-se os projetos Teste de Tarifas e o Observatório do Consumidor, que permitiram elaborar uma metodologia de observação do comportamento do consumidor de energia elétrica e a reação destes às simulações das modalidades tarifárias de pré-pagamento e tarifa branca, de modo que tais estudos possam ser considerados em futuras implantações de redes elétricas inteligentes. Dentre os encerrados, o P&D Localizador de Curto-Circuito, viabilizou o desenvolvimento de um equipamento portátil para rastrear curto-circuito permanente em redes de distribuição com o objetivo de direcionar equipes de socorro para o local do curto de modo mais rápido e correto, reduzindo os tempos de atendimento. Nos projetos em andamento, são destacados o projeto de P&D, "RPA", que atua nos desafios da transformação digital no setor elétrico, através da aplicação em larga escala das tecnologias disruptivas e a análise dos benefícios e impactos socioeconômicos e culturais, a proposta do projeto é de medir os aspectos sócio econômico e culturais da aplicação da robotização em larga escala. E o P&D "Cabo OPDC", visa, o desenvolvimento de infraestrutura de comunicação óptica integrada à rede de distribuição de energia elétrica para prover comunicação com alta disponibilidade e confiabilidade visando atender às necessidades dos sistemas de automação, controle e medição, e às necessidades de sistemas de banda larga para fornecimento de acesso à internet.

Ressaltamos que os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

Relatório da Administração



Eficiência Energética

No ano de 2018, a EDP Espírito Santo investiu um total de R\$ 13,5 milhões por meio do programa de Eficiência Energética. Deu sequência ao projeto “Boa Energia na Comunidade”, beneficiando 19.004 unidades consumidoras residenciais de baixo poder aquisitivo em bairros dos municípios da sua área de concessão. O projeto consistiu em ações educativas para aconselhar os consumidores a usufruir a tarifa social e quanto a melhorias nos hábitos de consumo. Abrangeu a substituição de 76.991 lâmpadas ineficientes por lâmpadas de tecnologia *LED* e melhoria das instalações elétricas das unidades consumidoras, com a doação de 18.779 padrões de entrada e kits internos.

Em 2018 atuou na modernização do sistema de iluminação e ar condicionado em nove prédios da administração pública e hospitais beneficentes sem fins lucrativos, tais como: edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vitória, Secretária Educação Estadual do Espírito Santo, Prédios Filiais Ministério Público Estadual Espírito, Prédio Sede da Polícia Federal do Espírito Santo, Hospital Evangélico de Vila Velha, Santa Casa de Vitória, Hospital Evangélico de Cachoeiro, Hospital e Maternidade Pro Matre de Vitória e Hospital Universitário Cassino Antonio de Moraes. Houve a substituição de mais de 12 mil lâmpadas antigas de baixa eficiência por novas com tecnologia *LED*.

Por fim, realizou o projeto “Boa Energia nas Escolas”, que consistiu em capacitar 236 professores da rede pública do Espírito Santo para que possam compartilhar com seus alunos informações sobre uso seguro e eficiente da energia. Para isso, distribuiu materiais de apoio pedagógico para serem utilizados em sala de aula. A iniciativa também contou com um laboratório itinerante, no qual os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer todo o processo de geração e distribuição de energia, desde o início até a chegada nas residências. Esse trabalho é estratégico no relacionamento com as comunidades, uma vez que as crianças são multiplicadoras de conhecimento, levando o que aprendem para dentro de suas casas. Em 2018, três escolas foram beneficiadas com *kit's* fotovoltaicos, com potencial de gerar cerca de 4.950 kWh/ano por escola, visando o seu uso pedagógico como laboratório e ajudando a reduzir a conta de energia elétrica dessas escolas.

Além dos projetos mencionados, temos como destaque o projeto Eficiência Solidária, que atendeu 12,1 mil clientes, através da substituição de 60 mil lâmpadas ineficientes de clientes residenciais por lâmpadas *LED*, utilizando uma unidade móvel (*Led Truck*) como posto de troca. Ainda dentro do projeto, foram doadas 250 lâmpadas para duas instituições do Espírito Santo: o SECRI - Serviço de Engajamento Comunitário de Vitória e o IFES Campus Canoas.

O objetivo do programa de Eficiência Energética é promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e viabilidade econômica das ações de combate ao desperdício e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Contribuindo para a redução das emissões de CO₂ e também para a redução das contas de energia dos consumidores. O programa da EDP Espírito Santo gerou uma economia de energia de aproximadamente 7,45 GWh/ano, que corresponde ao consumo médio de 37 mil residências.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2018	2017	%
Receita operacional líquida	3.391.814	2.948.308	15,0
Receita com construção da infraestrutura	335.846	298.718	12,4
Gastos não gerenciáveis	(2.161.703)	(1.810.333)	19,4
Margem Bruta	894.265	839.257	6,6
Gastos gerenciáveis	(931.352)	(845.226)	10,2
Total do PMSO ¹	(546.518)	(511.650)	6,8
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(48.988)	(34.858)	40,5
Custo com construção da infraestrutura	(335.846)	(298.718)	12,4
EBITDA	402.837	392.931	2,5
Margem EBITDA	11,9%	13,3%	-1,5 p.p.
Resultado do serviço (EBIT)	298.759	292.749	2,1
Resultado financeiro líquido	(92.635)	(143.240)	-35,3
LAIR	206.124	149.509	37,9
IR e Contribuição social	(35.630)	(20.943)	70,1
Lucro líquido	170.494	128.566	32,6

¹ PMSO com Amortização e Depreciação

Relatório da Administração



A margem bruta apresentou um aumento de 6,6%, demonstrando recuperação do setor, quando comparado ao crescimento de 2017. Este resultado reflete os principais efeitos:

- i) Melhora em Perdas demonstram o retorno dos investimentos em redes, e telemedição, com melhora de R\$ 29,5 milhões, passando de 12,97% para 11,94%.
- ii) A recuperação econômica do estado é refletida no crescimento do mercado, em R\$ 31,8 milhões, influenciado pela melhora no consumo residencial e comercial, além da melhora em iluminação pública e poder público;
- iii) Aumento no ganho de compartilhamento de infraestrutura, resultaram num efeito positivo de R\$ 22,1 milhões em comparação a 2017;
- iv) Valor novo de reposição (VNR) obteve ganho de R\$ 16,3 milhões, em função do aumento do IPCA, melhor que 2017.

Os gastos gerenciáveis encerraram 2017 com R\$ 931,3 milhões, considerando as receitas de construções que possuem valor nulo no resultado.

Desconsiderando este valor, os gastos gerenciáveis fecharam em R\$ 595,5 milhões, um aumento de 9,0% face à 2017, em função principalmente dos gastos extraordinários com:

- i) Aumento de R\$ 17,4 milhões em serviços de terceiros, com destaque principalmente para leitura e faturamento (decorrente da primarização do serviço), consultoria e combate a inadimplência;
- ii) Custos com PIA (Programa de Incentivo de Aposentadoria) que somam R\$ 5,8 milhões;
- iii) Aumento de R\$ 14,1 milhões em ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, decorrente da baixa de ativos e troca de medidores, com a implantação de sistemas de telemedição e BT Zero;
- iv) As provisões de crédito de liquidação duvidosa fecharam 2018 em R\$ 49,9 milhões, um aumento de 17% quando comparado a 2017, este crescimento se deve a mudança de metodologia de perdas incorridas e provisionadas em débito.

O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 foi -R\$ 92,6 milhões, menor em R\$ 50,6 milhões comparados ao resultado financeiro de 2017, principalmente pela redução de juros e multas sobre tributos de R\$ 13,1 milhões, redução das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas em R\$ 11,9 milhões.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Espírito Santo apresentou um Lucro Líquido de R\$ 170,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

INVESTIMENTOS

Foi realizado a título de investimento o valor de R\$ 335,8 milhões em 2018, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados, ficando 12,4% acima do mesmo período do ano anterior. No período os juros capitalizados representam R\$ 4,5 milhões do total.

Os investimentos realizados foram destinados a obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, telecomunicações, informática, entre outros.

Relatório da Administração

Investimento - R\$ Mil	2018	2017	Var %
Expansão do Sistema Elétrico	186.472	149.832	24,5%
Melhoramento da Rede	74.723	115.410	-35,3%
Telecom., Informática e Outros	46.564	50.239	-7,3%
Perdas ³	59.042	-	-
Sub Total ⁽¹⁾	366.801	315.482	16,3%
(-) Obrigações Especiais ⁽²⁾	(30.955)	(16.763)	84,7%
Investimento Líquido	335.846	298.719	12,4%
Variação do Imobilizado	335.846	298.719	12,4%

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

(3) Em 2017 não eram demonstrados investimentos em Perdas, os mesmos estão em Melhoramento da Rede e Telecom., Informática e Outros

CAPEX/QRR	2,1	1,8	19,3%
------------------	------------	------------	--------------

Estes investimentos serão incorporados à Base de Remuneração Bruta na próxima revisão tarifária em 2019. Os valores definidos na última revisão tarifária (agosto/2016) foram: Base de Remuneração Bruta de R\$ 3.532,5 milhões, a Quota de Reintegração Regulatória de R\$ 138,1 milhões, e a Base de Anuidade Regulatória de R\$ 346,4 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2018, a EDP Espírito Santo apresentou um endividamento líquido de R\$ 1.109,6 milhões, 39,0% superior a dezembro de 2017.

	Unidade	Saldo		
		dez/18	dez/17	Variação %
Dívida Bruta ⁽¹⁾	R\$ mil	1.178.813	983.576	19,8
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	69.206	185.371	(62,7)
Dívida Líquida	R\$ mil	1.109.607	798.205	39,0
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	(vezes)	1,20	1,01	19,0
Dívida Líquida/Ebitda	(vezes)	2,75	2,03	35,6

(1) Dívida Bruta= Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures

A dívida bruta da EDP Espírito Santo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.178,8 milhões, sendo composta por R\$ 755,1 milhões (64,1%) em debêntures, R\$ 362,2 milhões (30,7%) junto ao BNDES, R\$ 11,1 milhões (0,9%) junto a Eletrobrás e R\$ 50,3 milhões (4,3%) com outras instituições financeiras.

GESTÃO DE PESSOAS**Cultura EDP**

A EDP Espírito Santo é uma empresa que busca a eficiência em seus negócios e processos, a antecipação de riscos, novas oportunidades, cumprimento de suas metas, orçamento e objetivos.

Nos últimos quatro anos, a EDP decidiu ir além do que considera tangível e considerou tratar questões que refletem diretamente na cultura organizacional e na identidade da EDP. Iniciado no fim de 2014, o movimento da Cultura EDP consiste na escolha e definição de propósito e de princípios que assegurem um ambiente de trabalho seguro, saudável e que estimule a interação entre as pessoas. Unindo a motivação dos colaboradores, ao conhecimento compartilhado, buscando o seu resultado com qualidade, acredita-se que cada um possa encontrar-se no que faz e sentir-se feliz por isso.

O desenvolvimento do projeto foi dividido em quatro etapas:

- 1) Criação dos princípios e propósito com a participação de mais de 1.600 colaboradores,
- 2) Uma forte campanha de comunicação e alinhamento de todos os colaboradores da EDP,

Relatório da Administração



- 3) A Disseminação com a realização de sessões de Multiplicação dos 12 princípios e
- 4) Internalização dos Princípios nas nossas ações do dia a dia e em nossos processos.

Intensificamos nosso olhar para a segurança e ousamos em aplicar um novo modelo de medição dos resultados e metas, criando em todas as áreas da empresa um sentimento de responsabilidade pelo todo. Temos avançado rumo ao nosso propósito, que é usar a nossa energia para cuidar sempre melhor, seja dos colaboradores, clientes, bem como da comunidade e demais partes interessadas ao negócio. O futuro pede uma empresa mais humanizada e que responda, de forma integrada e sistêmica, aos anseios de um mundo mais colaborativo e melhor para todos.

Cuidado com as pessoas

O quadro de pessoal próprio da EDP Espírito Santo, ao final de 2018, foi de 951 colaboradores e 3 colaboradores da alta direção em regime estatutário, totalizando 954. Adicionalmente contou com a participação de 2 conselheiros, 50 estagiários e 40 aprendizes. A taxa de rotatividade da EDP Espírito Santo em 2018 foi de 8,44%.

Diversidade – Igualdade na justiça e na diferença.

EDP endossou os Princípios de Empoderamento das Mulheres estabelecidos pela ONU, bem como incorporou, entre outros, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Igualdade de Gênero à sua agenda estratégica para o crescimento econômico com geração de impacto positivo no meio ambiente e na sociedade até 2020 (EDP 2020). Dentre as metas, a Companhia se comprometeu a promover a diversidade e inclusão, o que reforçam a responsabilidade da EDP, enquanto representante do setor privado, de fomentar o desenvolvimento sustentável e ajudar a implementar a Agenda 2030, plano de ação global definido pelas Nações Unidas em 2015 para que o planeta se torne mais justo, equilibrado e inclusivo até 2030.

Levando em consideração os compromissos firmados acima pela EDP. Em 2018, a companhia promoveu dois projetos que promoveram a diversidade e inclusão. A Escola de Eletricistas para Mulheres e o +Inclusão EDP.

A Escola de Eletricistas para Mulheres é uma iniciativa para incluir mulheres em atividades tradicionalmente ocupadas por homens, rompendo paradigmas de gêneros na profissão de eletricista. A escola é fruto de uma parceria da Companhia com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Com carga horária de 556 horas, cerca de quatro meses de duração, o programa é gratuito e tem como foco a qualificação e capacitação como eletricista de redes de distribuição. As estudantes recebem bolsa-auxílio durante o período do curso, ganham um certificado chancelado pelo SENAI e permanecem no banco de talentos da EDP, podendo participar futuramente de processos seletivos para vagas efetivas.

Em 2018 abrimos duas escolas em Mogi das Cruzes (mais de 600 inscrições) e uma escola em Taubaté (mais de 500 inscrições), sendo que a primeira escola de Mogi das Cruzes acabou em novembro de 2018 formando 16 mulheres, onde a EDP contratou em dezembro/2018, sete mulheres para o seu quadro efetivo. A perspectiva é que até o meio de 2019 o projeto irá formar 40 mulheres como eletricistas.

O + Inclusão EDP foi um projeto de sensibilização dos colaboradores e líderes da EDP, onde fomentou a cultura da inclusão de pessoas com deficiência na organização. Durante o projeto trabalhos com a ASID, parceira que auxilia as empresas a promoverem a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Dessa forma, a parceira promoveu palestras a todos os colaboradores da EDP nas diversas localidades sobre o universo das pessoas com deficiência, ajudando a esclarecer dúvidas e tirar mitos em relação ao assunto.

Ocorreram visitas guiadas e capacitação nas instituições parceiras da ASID, com todos os gestores da EDP, com intuito de promover o contato entre os líderes e as pessoas com deficiência.

Na esteira desses dois projetos, a EDP no final de 2018, iniciou a organização do tema inclusão e diversidade. Para isso, contratou um parceiro (consultoria + diversidade) para auxiliar na estruturação dos programas de diversidade, desenho de um sistema de governança, fixação de métricas e KPIs, revisão de políticas e benefícios se necessário e desenho de um plano tático-operacional.

Com essa organização a empresa espera reduzir os custos operacionais com o processo de atração de pessoas, aumentar a produtividade das equipes e engajar a empresa em um tema relevante na sociedade.

Relatório da Administração



Desenvolvimento

O processo de desenvolvimento é composto por avaliação de desempenho, competências, *feedback* contínuo e capacitação através de treinamentos que envolvem alinhamento estratégico, gestão do conhecimento e desenvolvimento individual. São realizados cursos presenciais e *online*, *workshop* e palestras. Todas as iniciativas nesse âmbito são alinhadas pela Universidade Corporativa EDP, que define os temas para apoiar o crescimento da Companhia.

Universidade EDP

Promove a Educação Continuada como prática de disseminação da estratégia, fazendo a construção compartilhada do conhecimento pessoal e profissional do colaborador EDP Brasil, aperfeiçoando suas habilidades, seu desenvolvimento intelectual e estimulando seu alto desempenho, realizando a gestão do conhecimento e impulsionando assim uma cultura transformadora e inovadora, com um olhar para o humano de forma completa. A Universidade é composta pelas escolas:

- **Escola de Liderança:** foco no desenvolvimento das competências organizacionais de liderança, a fim de formar e desenvolver líderes que promovam a transformação de maneira dinâmica e inovadora, explorando o seu próprio potencial e o de sua equipe.
- **Escola EDP:** foco em ações mais transversais, direcionadas para o desenvolvimento das competências organizacionais, comportamentais e conhecimento do negócio, apoiando as necessidades e estratégia da Companhia.
- **Escolas de Negócio (Distribuição, Geração, Comercialização, Transmissão e Novos Negócios):** desenvolve as capacidades específicas de cada negócio, contribuindo para a ampliação das competências técnicas e gestão do conhecimento.

Carreira EDP

São bate-papos sobre carreira, conduzidos por profissional especializado de mercado e tem como objetivo desenvolver os conceitos de carreira, junto aos colaboradores, abordando temas:

Empoderar o colaborador como protagonista de sua carreira;

Incentivar os colaboradores ao desenvolvimento;

Desmistificar o tema Carreira X Tempo de Casa X Senioridade;

Trabalhar o tema carreira de forma ampla, orientando o colaborador a pensar no tema de forma completa.

Dar visibilidade e transparência ao tema e carreira e oportunidades internas.

Gestores envolvidos para ajudar os colaboradores nessa jornada.

Programa de Estágio

É um programa de desenvolvimento para estagiários, tendo como objetivo prepará-los para o mercado de trabalho, para que possam assumir um cargo de efetivo no Grupo EDP ou qualquer outra empresa. Esse programa é composto por uma sequência de ações, que buscam desenvolver o conhecimento sobre o setor de energia, a cultura da EDP, estimulando uma visão holística e estratégica no estagiário.

- 1) Na primeira semana de trabalho, o grupo de estagiários passa por uma integração específica de 30 horas, composta por palestras e visitas a usinas ou subestações.
- 2) Durante o ano, os estagiários são divididos em equipes para cumprir o desafio de desenvolverem um projeto de melhoria para a empresa, em que é apresentado para a banca avaliadora formada pela alta liderança da EDP Brasil.
- 3) Para a preparação desses projetos, os estagiários passam por uma trilha de treinamentos técnicos e comportamentais, consultorias de projetos, além de possuírem um acompanhamento junto a tutores que os auxiliam no alinhamento do projeto com as estratégias da empresa.
- 4) A banca final elege um projeto destaque por localidade para serem apresentados na reunião de diretoria com a presença dos Vice-presidentes e CEO do Grupo.

Em 2018, 10.786 pessoas se inscreveram no processo, e dessas 48 foram contratadas. Os estagiários desenvolveram 28 projetos de melhorias de processo e inovação e expuseram seus trabalhos para uma banca de líderes de diversas áreas da organização. Ao final, os 4 melhores projetos avaliados foram apresentados à Diretoria pelos participantes, sendo essa a etapa final do ciclo de desenvolvimento desse público.

Recrutamento e Seleção

Em 2018, a EDP Espírito Santo recrutou 129 novos funcionários mantendo o âmbito global o programa de mobilidade interna (SWITCH) para promover a mobilidade dos colaboradores entre áreas, empresas e geografias onde a EDP está presente. Entre os principais objetivos da iniciativa estão:

Relatório da Administração



- Reforçar a cultura e a partilha de conhecimento, ao promover a interação entre colaboradores com experiências pessoais e profissionais distintas;
- Aumentar a satisfação e os resultados;
- Valorizar o colaborador e reforçar as suas competências, para que possam assumir novos desafios e responsabilidades.

Segurança do Trabalho

Na EDP Espírito Santo a Segurança do trabalho, qual está presente no Planeamento Estratégico da EDP. Focada em seu princípio número um **“A vida sempre em primeiro lugar”**, a Empresa possui uma Cultura totalmente engajada em segurança que busca alcançar o “zero acidente”. Mais do que um conceito, segurança é uma questão de atitude na EDP Espírito Santo. Cujo a ambição é tornar-se referência nacional em Segurança com Acidente Zero de colaboradores próprios, contratados e população.

A EDP Espírito Santo atua com o foco nas seguintes vertentes:

- **Colaboradores próprios** - visa desenvolver uma cultura de segurança que resulte no comportamento seguro e atender as legislações e normas em segurança e saúde.
- **Prestadores de Serviço** – gera o comprometimento dos colaboradores e gestores das empresas prestadoras de serviços com a segurança do trabalho, visando resultar no comportamento seguro e atendimento das legislações e normas pertinentes visando gerar uma consciência.
- **Segurança População** – promove ações que visem a segurança da população que interage na área de concessão da EDP Espírito Santo.

Desempenho em Segurança

Em 2018 na EDP Espírito Santo, não ocorreram acidentes com afastamento envolvendo os seus colaboradores próprios, as taxas de frequência e gravidade da foram de 0,00 e 0 respectivamente.

Quanto aos prestadores de serviços no mesmo ano, ocorreram dez acidentes com afastamento e um acidente fatal, resultando em 1,49 a taxa de frequência e 1315 a taxa de gravidade, cuja a metodologia de cálculo adotada atende a NBR 14.280.

Com a população os registros de acidentes oriundos do contato com o sistema elétrico de potência, ocorreram um total de seis acidentes, sendo quatro fatais, na área de concessão da EDP no estado do Espírito Santo.

Certificações

Na EDP Espírito Santo estão certificadas quatro Instalações/Subestações na certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) 18001/2007

Iniciativas preventivas

A EDP Espírito Santo realiza diversas iniciativas com programas e padrões específicos com o intuito de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. Destacamos:

Programa Ligado na Vida

Programa que visa reconhecer positivamente os colaboradores Próprios que no dia a dia realizam as atividades de campo e aderem 100% os padrões de segurança da EDP, criando uma cultura de busca da melhoria atendendo aos padrões de segurança e técnicos envolta do conceito de trabalho seguro.

Diálogo Diário de Segurança (DDS) e Preleções Semanais (DSS)

São encontros que visam contribuir com o conhecimento e compartilhamento de informações de segurança para os colaboradores Próprios e de Prestadores de Serviços. Onde houveram em 2018 a participação de 1.042 colaboradores próprios e 2.890 terceiros em DDS/DSS.

Inspeções de Segurança/ Safety Walk

As inspeções de segurança têm como objetivo detectar as conformidades e não conformidades, que resultarão em ações preventivas, a fim, de evitar acidentes e contribuir na melhoria dos processos de trabalho, tal tarefa é realizada por colaboradores e pela liderança da EDP Espírito Santo. Em 2018 foram realizadas 20.703 ações de segurança sendo 445 por diretores e gestores, 2.037 pela segurança do trabalho e 18.216 por prestadoras de serviços.

Relatório da Administração



Treinamentos Procedimentos Operacionais (POPs)

As reciclagens de POP's são realizadas bienalmente, sendo que 433 colaboradores operacionais são monitorados e recebem treinamentos nos procedimentos operacionais por instrutores da EDP Espírito Santo mantendo o seu quadro operacional atualizado e paralelamente com os procedimentos revisados pelos próprios usuários.

Direção Defensiva

Visando a prevenção de acidentes no trânsito a EDP Espírito Santo, promove treinamentos voltados para a segurança no trânsito. Direção defensiva para os condutores de veículos da EDP. Em 2018, 635 condutores de veículos operacionais passaram por avaliação de condução/direção e treinamento de direção defensiva para atualização e correção de possíveis gaps que possam provocar incidentes.

Segurança com a População

Visando a prevenção de acidentes envolvendo a população foram adotadas diversas ações, veiculação de informações nas rádios, mensagens nas redes sociais, aplicação de banners nas frentes de trabalho, mensagens na conta de luz, criação de cartazes, mensagens nos ônibus e parcerias com entidade de ensino, além de palestras em comunidades e empresas diversas da área de concessão. Foram criados também grafites nos muros das subestações unindo temas da comunidade na qual a mesma está inserida alertando para os principais riscos do uso da energia elétrica.

Observações de Segurança

Foram reportados no ano de 2018 na EDP Espírito Santo 1.023 relatos de incidentes/situações de riscos/atos e condições inseguras.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Voluntariamente, a EDP subscreve iniciativas nacionais e internacionais alinhadas à sua Cultura. Entre elas, destacam-se, por exemplo, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU); o Programa Brasileiro GHG Protocol, ferramenta que gerencia as emissões de gases de efeito estufa e o *Carbon Disclosure Project* (CDP), relacionado a alterações climáticas.

O Grupo EDP também tem contribuído para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU desde 2015. Os esforços estão concentrados em oito dos 17 objetivos, por meio de metas previstas nos Objetivos EDP 2020.

Pelo 13º ano consecutivo, a EDP Espírito Santo contribuiu para manter o reconhecimento da EDP Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial no Novo Mercado da B3, que seleciona apenas as empresas com nível elevado de comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Em 2018, o Instituto comemorou 10 anos de atividades e consolidou sua posição como principal coordenador das ações socioambientais junto às comunidades onde o Grupo EDP está presente. Em 2018, os programas do Instituto EDP favoreceram diretamente 7.340 pessoas e 22.020 indiretamente.

Meio Ambiente

Em 2018, foi lançada uma nova Política de Meio Ambiente para orientar a atuação do Grupo EDP em relação à Gestão Ambiental, essencial ao desenvolvimento do negócio e para a relação com a sociedade. Foram integradas e substituídas diversas políticas existentes anteriormente e o documento visa assegurar a adequação à Norma ISO14001:2015 e a compatibilidade com os atuais critérios de avaliação de *compliance*.

Em 2018, EDP Espírito Santo obteve pela primeira vez a certificação OHSAS 18001 no escopo "Operação e Manutenção de Subestações" passando assim a ter 3 instalações certificadas na norma de segurança do trabalho. A meta da EDP Brasil é alcançar 100% de certificação ambiental até 2020 e assegurar a implementação de sistema de gestão em fornecedores críticos.

Na EDP Espírito Santo, há um Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) que viabiliza os serviços de manutenção de faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural, além da supressão arbórea para a construção de linhas de distribuição e subestações. A distribuidora iniciou em 2018 a utilização de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT) para realizar o lançamento de cabos condutores em linhas e redes de distribuição. Destaque para a construção da LD 138 kV, ramal SD Santa Maria de Jetibá, instalada em uma região de alta biodiversidade que, com o uso da tecnologia, estima-se que houve a redução de 85% da necessidade de supressão vegetação, contribuindo assim com a minimização do impacto ambiental da obra e simplificação do processo de licenciamento.

Relatório da Administração



No Dia da Árvore, foram realizadas ações com clientes e comunidade, com a distribuição de sementes em nossas agências de atendimento ao cliente e plantio de mudas nativas da mata atlântica no Parque Natural Rota das Garças, em Viana (ES).

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), em março de 2018, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2018. A KPMG iniciou a prestação de serviços em abril de 2018.

A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas, não financeiras.

Em 2018, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Relatório da Administração



BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

EDP Espírito Santo

1 - Base de Cálculo	2018 (R\$ mil)			2017 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)			3.391.814,00			2.948.308,00
Resultado operacional (RO)			298.759,00			292.749,00
Folha de pagamento bruta (FPB)			118.637,00			109.235,00
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.160,81	11,94%	0,42%	14.044,72	12,86%	0,48%
Encargos sociais compulsórios	28.088,05	23,68%	0,83%	27.211,09	24,91%	0,92%
Previdência privada	3.896,81	3,28%	0,11%	3.774,79	3,46%	0,13%
Saúde	11.462,57	9,66%	0,34%	10.106,88	9,25%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	539,06	0,45%	0,02%	686,03	0,63%	0,02%
Educação	168,41	0,14%	0,00%	91,95	0,08%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	733,95	0,62%	0,02%	627,74	0,57%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	377,77	0,32%	0,01%	400,10	0,37%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	11.363,51	9,58%	0,34%	11.965,32	10,95%	0,41%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	655,00	0,55%	0,02%	666,36	0,61%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	71.682,06	60,42%	2,11%	69.758,32	63,86%	2,37%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	302,78	0,10%	0,01%	917,00	0,31%	0,03%
Cultura	521,90	0,17%	0,02%	992,40	0,34%	0,03%
Saúde e saneamento	162,20	0,05%	0,00%	150,00	0,05%	0,01%
Esporte	160,60	0,05%	0,00%	100,00	0,03%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	307,45	0,10%	0,01%	39,30	0,01%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	1.454,93	0,49%	0,04%	2198,70	0,75%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	1.454,93	0,49%	0,04%	2.198,70	0,75%	0,07%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11.960,98	4,00%	0,35%	5.964,33	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente *	11.960,98	4,00%	0,35%	5.964,33	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2018			2017		
Nº de empregados(as) ao final do período	954			952		
Nº de admissões durante o período	79			68		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3685			3312		
Nº de estagiários(as)	50			49		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	225			231		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18%			14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	47			44		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,96%			3%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	28			28		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2018			2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0,00			0		
Número total de acidentes de trabalho	6			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: 22.310	no Procon: 2.874	na Justiça: 4.148	na empresa: 47.595	no Procon: 3.622	na Justiça: 4.355
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 99,00%	no Procon: 100,00%	na Justiça: 36,83%	na empresa: 99,00%	no Procon: 100,00%	na Justiça: 28,13%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	2.431.825,00			2.254.967,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 79% acionistas: 3% colaboradores: 5% retido: 4% terceiros: 9%			governo: 78,3% acionistas: 3,5% colaboradores: 5,5% retido: 2,2% terceiros: 10,5%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	69.206	185.371
Consumidores e concessionárias	7	752.766	658.063
Ativos financeiros setoriais	8	104.830	53.429
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	88.318	69.781
Outros tributos compensáveis	9	18.371	73.204
Cauções e depósitos vinculados	12	4	73
Outros créditos	13	80.207	59.290
Total do Ativo Circulante		1.113.702	1.099.211
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	7	12.941	38.672
Ativos financeiros setoriais	8	54.461	44.208
Ativos da concessão	14.2	184.108	163.687
Ativo financeiro indenizável	14.1	1.392.637	1.177.831
Outros tributos compensáveis	9	48.162	39.080
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	213.586	259.113
Cauções e depósitos vinculados	12	116.404	81.000
Outros Créditos	13	4.446	2.996
		2.026.745	1.806.587
Propriedades para investimentos		907	908
Imobilizado		528	470
Intangível	14.2	672.217	680.362
		673.652	681.740
Total do Ativo Não circulante		2.700.397	2.488.327
TOTAL DO ATIVO		3.814.099	3.587.538
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO			Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	15	366.979	385.501
Outros tributos a recolher	9	165.665	142.599
Dividendos	16	63.729	67.680
Debêntures	17	87.497	43.612
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	111.392	172.681
Benefícios pós-emprego	19	41.112	37.042
Encargos Setoriais	20	68.253	97.532
Provisões	21	8.546	5.782
Passivos financeiros setoriais	8		22.597
Outras contas a pagar	13	56.614	55.506
Total do Passivo Circulante		969.787	1.030.532
Não circulante			
Outros tributos a recolher	9	111.549	115.624
PIS e COFINS diferidos	10	855	6
Debêntures	17	667.605	449.501
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	312.319	317.782
Benefícios pós-emprego	19	655.674	733.592
Encargos Setoriais	20	132	
Provisões	21	125.385	103.347
Passivos financeiros setoriais	8	45.551	43.862
Outras contas a pagar	13	209	1.392
Total do Passivo Não circulante		1.919.279	1.765.106
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.1	650.572	650.572
Reservas de capital	22.3	20.615	20.615
Reservas de lucros	22.3	554.297	497.004
Outros resultados abrangentes	22.4	(300.451)	(376.291)
Total do Patrimônio líquido		925.033	791.900
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.814.099	3.587.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2018	2017 Reapresentado
Receitas	23	3.391.814	2.948.308
Custo do serviço de energia elétrica	24		
Custo com energia elétrica		(2.161.703)	(1.810.333)
Custo de operação		(355.633)	(347.285)
Custo do serviço prestado a terceiros		(336.314)	(299.688)
		<u>(2.853.650)</u>	<u>(2.457.306)</u>
Lucro bruto		<u>538.164</u>	<u>491.002</u>
Despesas e Receitas operacionais	24		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(49.912)	(42.642)
Despesas gerais e administrativas		(116.563)	(101.733)
Outras despesas		(72.930)	(53.878)
		<u>(239.405)</u>	<u>(198.253)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		<u>298.759</u>	<u>292.749</u>
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		109.782	84.699
Despesas financeiras		(202.417)	(227.939)
		<u>(92.635)</u>	<u>(143.240)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		<u>206.124</u>	<u>149.509</u>
Tributos sobre o lucro	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(26.131)	(31.291)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(9.499)	10.348
		<u>(35.630)</u>	<u>(20.943)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>170.494</u>	<u>128.566</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	27		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		29,01532	21,87985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2018	2017
Lucro líquido do exercício	170.494	128.566
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	114.909	(107.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39.069)	36.676
	<u>75.840</u>	<u>(71.193)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>246.334</u>	<u>57.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

585.551

Outros resultados abrangentes

(305.098)

Lucros acumulados

-

Total

951.640

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 3.7.2.2)

Saldos em 1º de janeiro de 2018

Absorção de adoção inicial - CPC 48

Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018

Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucro do exercício a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

-

Total

791.900

Capital social

-

Reservas de capital

-

Reservas de lucros

-

Outros resultados abrangentes

-

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

(5.904)

Capital social

650.572

Reservas de capital

20.615

Reservas de lucros

497.004

Outros resultados abrangentes

(376.291)

Prejuízos acumulados

(5.904)

Total

785.996

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2017

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro

Constituição de reserva legal

Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

Dividendos intermediários (JSCP)

Lucros retidos a deliberar

Outros resultados abrangentes

Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Capital social

650.572

Reservas de capital

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		206.124	149.509
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		849	2.999
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		49.912	42.642
Valor justo do ativo financeiro indenizável		(30.110)	(13.816)
Depreciações e amortizações		104.078	100.182
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		48.988	34.858
Ativos e passivos financeiros setoriais		(4.756)	(1.413)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre		3.475	4.913
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		89.004	92.255
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		81.810	76.188
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		29.584	44.473
Ajuste a valor presente		(2.570)	(862)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		13.031	17.604
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(15.807)	(5.042)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		1.918	4.800
		575.530	549.290
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(122.218)	(112.789)
Ativos financeiros setoriais		(29.923)	(5.471)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		30.168	8.490
Outros tributos compensáveis		45.751	(62.723)
Estoques		(22.518)	(17.469)
Cauções e depósitos vinculados		(19.528)	8.313
Outros ativos operacionais		(21.710)	(2.718)
		(139.978)	(184.367)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(21.997)	77.265
Passivos financeiros setoriais		(47.883)	(8.272)
Outros tributos a recolher		(18.386)	89.724
Benefícios pós-emprego		(40.575)	(34.387)
Encargos Setoriais		(42.178)	(20.326)
Provisões		(12.658)	(15.547)
Outros passivos operacionais		71	(5.427)
		(183.606)	83.030
Caixa proveniente das atividades operacionais		251.946	447.953
Imposto de renda e contribuição social pagos		(46.373)	(48.256)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		205.573	399.697
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(323.398)	(294.130)
Alienação de bens e direitos			2.781
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(323.398)	(291.349)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(100.000)	(191.090)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		508.102	390.748
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(335.271)	(248.058)
Pagamentos de encargos de dívidas		(71.171)	(112.425)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	29.1	1.660	(160.825)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(116.165)	(52.477)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		69.206	185.371
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		185.371	237.848
		(116.165)	(52.477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2018	2017
		Reapresentado
Geração do valor adicionado	5.457.852	4.835.564
Receita operacional	5.135.894	4.555.723
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(49.915)	(42.642)
Receita de construção	335.846	298.718
Atualização do Ativo financeiro indenizável	30.110	13.816
Outras receitas	5.917	9.949
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.031.556)	(2.572.377)
Custos da energia comprada	(2.031.602)	(1.732.132)
Encargos de uso da rede elétrica	(345.122)	(256.688)
Materiais	(14.068)	(14.585)
Serviços de terceiros	(195.109)	(177.567)
Custo com construção da infraestrutura	(335.846)	(298.718)
Outros custos operacionais	(109.809)	(92.687)
Valor adicionado bruto	2.426.296	2.263.187
Retenções		
Depreciações e amortizações	(111.366)	(106.446)
Valor adicionado líquido produzido	2.314.930	2.156.741
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	116.895	98.226
Valor adicionado total a distribuir	2.431.825	2.254.967
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	87.808	86.740
Benefícios	28.573	28.878
FGTS	7.917	8.111
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	862.381	843.269
Estaduais	1.058.735	921.355
Municipais	2.045	1.651
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	206.990	232.527
Aluguéis	6.882	3.870
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	74.975	79.623
	2.336.306	2.206.024
Lucros retidos	95.519	48.943
	2.431.825	2.254.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (Companhia ou EDP Espírito Santo), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória no Estado do Espírito Santo. A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/95 – ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válido até julho de 2025, atuando em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 41.241 km² (cerca de 90% da área total do Estado). As atividades da Companhia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 Concessão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 19.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); Determinação do fornecimento não faturado (Nota 7); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Notas 7 e 15); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.4); Apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10); Apuração do ativo financeiro indenizável (Nota 14.1); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 19); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 21.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldo de PECLD é a de Consumidores e concessionárias e, para mais informações sobre os critérios e premissas, vide nota 7.4.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

3.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

3.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

3.7.1.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactará o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconhecerá: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixará de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos.

A Companhia aplicará o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, o efeito cumulativo da adoção será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Adicionalmente, a Companhia não adotará o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Os impactos esperados pela adoção dessa norma estão apresentados na rubrica "Responsabilidades com locações operacionais" na nota 30.1. Na remensuração das despesas com aluguéis e arrendamentos para despesas com depreciação/amortização e despesa financeira, a Companhia não estima impactos significativos na adoção da norma.

3.7.1.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia usualmente consulta assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.1.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Administração da Companhia acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018

3.7.2.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018 na Demonstração do Resultado, contudo, os saldos classificados em 31 de dezembro de 2017 como "Intangível - Em curso" foram reclassificados para a rubrica de "Ativos da concessão" para melhor apresentação. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu que houve impacto na classificação do Intangível - Em curso sob o escopo do ICPC 01 (R1), conforme discriminado na nota 3.7.2.3.

A Companhia também concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 23, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de desempenho que eram classificados na demonstração do resultado como despesas operacionais e passaram a ser classificadas como itens redutores das receitas, conforme detalhado abaixo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O pronunciamento define que o valor da contraprestação pela obrigação de desempenho pode variar em razão de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, cuja receita deve ser reconhecida de forma líquida dessa contraprestação variável. A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, dentre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores compreendendo a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC sendo que, uma vez descumpridos, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, por meio de desconto na fatura mensal de consumo de energia. O montante relativo ao exercício de 2017 está sendo reapresentado para efeito comparativo, para melhor apresentação dos saldos, conforme demonstrado na nota 4. Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes (Nota 23).

3.7.2.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia aproveitou a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Assim, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativo financeiro indenizável	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Consumidores e concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros setoriais	Disponível para venda	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma, mantendo a classificação como custo amortizado.

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

Para as rubricas de Consumidores e Concessionárias e Outros créditos, a Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

Após as devidas análises, a Companhia identificou os seguintes ajustes realizados em contrapartida da rubrica de Lucros acumulados no Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018:

	Circulante e Não circulante		
		Ajustes adoção inicial (CPC 48)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Nota	Saldo em 31/12/2017		
Consumidores e concessionárias (líquido da PECLD)	7	696.735	703.538
Outros créditos	13	62.286	62.001
PECLD	7.4	(119.855)	(135.318)
Total		639.166	630.221

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo o detalhamento dos ajustes, incluindo os efeitos tributários:

	Nota	Consumidores e concessionárias	Outros créditos	PECLD (Nota 7.4)	Total
Consumidores	7				
Fornecimento faturado					
Residencial		21.660		(12.227)	9.433
Industrial		(19.885)		9.873	(10.012)
Comercial		(624)		(4.495)	(5.119)
Rural		6.226		(6.220)	6
Iluminação pública		14		91	105
Poder público		(880)		(569)	(1.449)
Serviço público		292		(231)	61
Não faturado				(1.408)	(1.408)
Serviços cobráveis				(277)	(277)
Serviços prestados a terceiros			(285)		(285)
Total de ajuste apurado		6.803	(285)	(15.463)	(8.945)
(-) Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10.1.1	(2.313)	97	5.257	3.041
Ajuste de exercícios anteriores nos Lucros acumulados		4.490	(188)	(10.206)	(5.904)

Para mais informações sobre a nova política para cálculo da perda esperada, vide nota 7.4.

• Contabilidade de hedge (Hedge accounting)

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

3.7.2.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Em relação às revisões acima, destacam-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação, destacando as divulgações pertinentes nas notas 7, 23 e 28.

Em relação as alterações introduzidas pelo CPC 47, destacamos abaixo as alterações no ICPC 01 (R1). A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

• ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão

As alterações introduzidas pelo CPC 47 impactaram a Companhia na forma de se classificar seus ativos, já que os mesmos estão sob alcance do ICPC 01. Dentre as alterações destaca-se o tratamento de todos os ativos no período de construção e que ainda não estão em serviço, para Ativos contratuais, sendo reclassificados para a rubrica de "Ativos da concessão".

Os impactos relativos à classificação dos Ativos de concessão estão discriminados na nota 14.

3.7.2.4 ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

4 Reapresentação do exercício anterior

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de dezembro de 2017, originalmente autorizadas em 24 de janeiro de 2018.

Conforme descrito na nota 3.7.2, a Companhia passou a adotar novas normas de contabilidade. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tais mudanças de práticas requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, como se estivessem corretos a partir do início do exercício mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados.

Em decorrência da adoção do CPC 47, conforme descrito na nota 3.7.2.1, a Companhia reclassificou na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Valor Adicionado os ressarcimentos aos consumidores por indisponibilidade na prestação do serviço de energia elétrica da rubrica de "Custo de operação" para a rubrica de "Receitas". Já as alterações ocorridas no ICPC 01 (R1), também em decorrência da adoção do CPC 47, fizeram com que a Companhia reclassificasse no Balanço Patrimonial os ativos em construção, anteriormente registrados na rubrica de "Intangível", para a rubrica de "Ativos da concessão".

Adicionalmente, a Companhia também efetuou reclassificações para melhor apresentação dos saldos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.1 Balanço patrimonial

	31/12/2017		
	Publicado	Revisão (ICPC 01)	Reapresentação para melhor apresentação
ATIVO			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais	142.985		(142.985)
Imposto de renda e Contribuição social a compensar			69.781
Outros tributos compensáveis			73.204
Total do Ativo Circulante	1.099.211	-	1.099.211
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	39.080		(39.080)
Outros tributos compensáveis			39.080
Ativos da concessão		163.687	163.687
Intangível	844.049	(163.687)	680.362
Total do Ativo Não circulante	2.488.327	-	2.488.327
TOTAL DO ATIVO	3.587.538	-	3.587.538
PASSIVO			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais	142.599		(142.599)
Outros tributos a recolher	-		142.599
Total do Passivo Circulante	1.030.532	-	1.030.532
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	115.624		(115.624)
Outros tributos a recolher	-		115.624
Total do Passivo Não circulante	1.765.106	-	1.765.106
Total do Patrimônio líquido	791.900	-	791.900
TOTAL DO PASSIVO	3.587.538	-	3.587.538

4.2 Demonstração do Resultado

	2017		
	Publicado	CPC 47	Reapresentação
Receitas	2.953.118	(4.810)	2.948.308
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	(352.095)	4.810	(347.285)
Lucro bruto	491.002	-	491.002
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	149.509	-	149.509
Lucro líquido do exercício	128.566	-	128.566

4.3 Demonstração do Valor Adicionado

	2017		
	Publicado	CPC 47	Reapresentação
Geração do valor adicionado	4.840.374	(4.810)	4.835.564
Receita operacional	4.560.533	(4.810)	4.555.723
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.577.187)	4.810	(2.572.377)
Outros custos operacionais	(97.497)	4.810	(92.687)
Valor adicionado bruto	2.263.187	-	2.263.187
Valor adicionado total a distribuir	2.254.967	-	2.254.967

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Captações e liberações de recursos

Durante o exercício de 2018 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª integralização	jan/18	jan/21	100.000	107,50% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
BNDES FINEM Nº 17.2.0296.1 (Liberação)	fev/18	jun/25	38.280	TJLP + 2,96%a.a. / IPCA + 3,23%a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)	mar/18	jun/25	49.812		
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)	jul/18	mar/19	43.000	100,3% do CDI	Contratos de mútuo (*)
BNDES FINEM Nº 14.2.1237.1 (Liberação)	jul/18	mai/22	637	TJLP	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
Debêntures - 7ª Emissão	ago/18	jul/25	190.000	IPCA + 5,91% a.a.	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica
Cédula de Crédito Bancário	nov/18	fev/19	90.000	CDI + 0,95% a.a.	Capital de giro (*)
			<u>511.729</u>		

(*) As referidas captações foram integralmente liquidadas até a conclusão destas demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 11, 17 e 18.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****5.2 Reajuste Tarifário Anual**

Em 07 de agosto de 2018, por meio da Resolução Homologatória nº 2.432, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual aplicado pela Companhia a partir de 07 de agosto de 2018.

O efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 15,87%, sendo 14,99% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 16,30% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes. A Parcela "B" foi ajustada em 7,19%, resultando em um saldo atualizado de R\$861.849. O IGP-M apurado para o período tarifário é de 8,24% e o Fator X de 1,05%. O Fator X é composto das parcelas "Pd" (ganhos de produtividade) de 1,15%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais) de 0,00% e "Q" (incentivo à qualidade) de -0,10%.

O ajuste dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo é de R\$242.299 e referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela Companhia no período tarifário de 2017 a 2018, como também a previsão dos custos futuros destacando, entre estes, o montante de R\$107.633 relativo à previsão para o risco hidrológico.

Para os encargos setoriais, houve revisão das cotas da CDE - Encargo de uso, para o exercício de setembro a dezembro de 2018, que também resultou em incremento de cobertura tarifária de R\$30.586.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento		47.655	60.663
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.1	20.261	124.708
Fundos de investimento	6.2	1.290	
		<u>21.551</u>	<u>124.708</u>
Total		<u>69.206</u>	<u>185.371</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito, e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

6.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas a taxas que variam entre 95,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 a Companhia constituiu um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez.

As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor.

A rentabilidade acumulada do fundo desde seu início, em fevereiro de 2018, é equivalente a 75,13% do CDI.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Consumidores e concessionárias

Nota	Valores correntes					Valores renegociados				
	A vencer		Vencidos			A vencer		Vencidos		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.4)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias
Circulante										
7.1										
7.2										
7.3										
Total Circulante										
Não circulante										
7.1										
Total Não circulante										

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Concessionárias refere-se à: (i) concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; e (ii) valores a receber relativos à energia comercializada e encargos na CCEE.

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é de 5 dias úteis. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a Companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

7.1 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias da Companhia. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a taxa corresponde a 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R\$2.570 (positivamente em R\$862 em 2017) (Nota 25).

7.2 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$28.535 (R\$28.574 em 31 de dezembro de 2017), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$28.528 (R\$28.442 em 31 de dezembro de 2017) (Nota 20).

7.3 Consumidores

A variação no saldo a receber de consumidores é decorrente, substancialmente, dos reajustes tarifários anuais ocorridos em agosto de 2017 e agosto de 2018, que elevaram as tarifas de energia, na média, em 9,34% e 15,87%, respectivamente.

7.4 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A partir de 1º de janeiro de 2018, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída uma matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do período corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central.

	Saldo em 31/12/2017	Adoção Inicial CPC 48	PECLD esperada ao longo da vida	Revisão de risco (i)	Baixa para perdas	Saldo em 31/12/2018
Consumidores						
Residencial	(78.614)	(12.227)	(28.034)	229	29.570	(89.076)
Industrial	(13.656)	9.873	(2.313)	(3.676)	2.042	(7.730)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(18.617)	(4.495)	(6.220)	(2.848)	9.718	(22.462)
Rural	(8.107)	(6.220)	(5.510)	1.217	5.061	(13.559)
Poder Público	(586)	91	(730)	(235)	513	(947)
Iluminação Pública	(133)	(569)	(362)	707	140	(217)
Serviço Público	(34)	(231)	(93)	(43)	310	(91)
Serviços Cobráveis	(108)	(277)		(60)		(445)
Outros	-	(1.408)	(46)			(1.454)
Total	(119.855)	(15.463)	(43.308)	(4.709)	47.354	(135.981)
 Circulante	 (107.155)					 (120.105)
Não circulante	(12.700)					(15.876)
Total	(119.855)					(135.981)

(i) A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	PECLD esperada	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Consumidores		
Residencial	1,55%	0,00%
Industrial	1,55%	0,25%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,80%	0,28%
Rural	1,61%	0,08%
Poder Público	0,15%	0,18%
Iluminação Pública	0,40%	n/a
Serviço Público	0,17%	0,10%

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.4.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

271.244	142.194	(115.728)	16.997	1.962	316.669	223.852	92.817	160.639	151.711	4.319
37.999	73.133	(32.124)	2.928		81.936	50.266	31.670	27.644	54.292	
(3.455)	108	3.745	(132)		266	(220)	486	(568)	834	
31.952	19.307	(20.441)	1.886		32.704	26.181	6.523	21.521	11.183	
4.142	3.275	(2.587)	263		5.093	3.876	1.217	3.007	2.086	
(161.169)	(81.266)	95.823	(5.412)		(152.024)	(107.181)	(44.843)	(75.149)	(76.875)	
(78.730)	42.872	58.540	(1.247)		21.435	5.510	15.925	(5.865)	27.300	
101.983	199.623	(12.772)	15.283	1.962	306.079	202.284	103.795	131.229	170.531	4.319
(71.233)	(58.555)	28.166	(7.530)		(109.152)	(78.175)	(30.977)	(56.049)	(53.103)	
54.440	3.094	(46.614)	23		10.943	4.204	6.739	7.019	3.924	
(41.765)	(24.250)	(3.242)	(3.242)		(69.257)	(7.214)	(62.043)	(21.281)	(17.314)	(51.943)
(24.983)	(18.816)	13.682	222		(29.885)	(21.281)	(8.604)	(21.281)	(8.604)	(8.604)
(83.541)	(98.527)	(4.756)	(10.527)	-	(197.351)	(102.466)	(94.885)	(70.311)	(66.483)	(60.547)
12.736	(7.724)	-	-		5.012	5.012	-	-	5.012	-
12.736	(7.724)	-	-	-	5.012	5.012	-	-	5.012	-
31.178	93.372	(17.528)	4.756	1.962	113.740	104.830	8.910	60.918	109.050	(56.228)
53.429					104.830	104.830				
44.208					54.461		54.461			
22.597					-					
43.862					45.551		45.551			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional da Companhia receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na Companhia, ocorrem em 7 de agosto.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA:** É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e

- **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

8.1

Efeitos relevantes no exercício

O total de ativos setoriais líquidos dos passivos, em 31 de dezembro de 2017, somava um valor de R\$31.178, sendo que o total de ativos setoriais líquido dos passivos em 31 de dezembro de 2018 soma um valor de R\$113.740. A variação total positiva no exercício no montante de R\$82.562 foi causada, substancialmente, pelos seguintes motivos:

(i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$17.528 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.

(ii) Compra de energia: A variação no referido item deve-se a realização do custo de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs estar distinto do custo de energia reconhecido no reajuste tarifário, principalmente: (i) na modalidade de disponibilidade, impactada pelo aumento do despacho termoeletrônico, o qual possui um custo mais elevado em relação às outras fontes geradoras; e (ii) pelo elevado repasse do risco hidrológico associado às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física, cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e que firmaram o termo de repactuação do risco hidrológico.

(iii) Custo da energia de Itaipu: A tarifa de repasse da UHE Itaipu tem o seu valor fixado em dólares por quilowatt de potência mensal contratada (US\$/kW) e, para o exercício de 2018, teve o seu valor definido em US\$27,87/kW. As faturas são pagas em moeda nacional sendo utilizada para conversão a taxa média de venda calculada pelo Banco Central do Brasil, no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da fatura. Dessa forma, o câmbio verificado no exercício em análise foi superior ao concedido como cobertura tarifária no processo de reajuste tarifário de 2017, gerando então um ativo regulatório, parte já revertido no reajuste tarifário de 2018 e parte a ser contemplado na revisão tarifária de 2019.

(iv) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: O ESS representa, principalmente, a necessidade de acionamento de agentes geradores térmicos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS fora da ordem de mérito de custo, assim como os serviços suplementares prestados pelos geradores de energia elétrica afim de manter o sistema de transmissão em condições adequadas de operação. O EER representa o encargo necessário para remunerar as usinas de geração de energia elétrica que operam na modalidade de Energia de Reserva, cujo objetivo é acrescentar segurança operativa e de suprimento ao setor elétrico. Ocorre que o custo do ESS/ERR se mostrou inferior ao previsto com relação às respectivas coberturas tarifárias para o exercício em análise, gerando um passivo regulatório, sendo parte do passivo já contemplado no reajuste tarifário de agosto de 2018 e parte a ser contemplado na revisão tarifária de 2019.

(v) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A CDE é um encargo setorial definido anualmente e custeado para todos os consumidores finais de energia elétrica. As distribuidoras, por sua vez, repassam mensalmente os recursos, divididos em quotas, para o fundo setorial. A variação da CDE no exercício refere-se, principalmente, ao aumento das quotas definidas para o ano de 2018 que representaram um aumento de 30% com relação as quotas definidas para o ano de 2017. Além disso, a partir de setembro de 2018, houve revisão orçamentária do fundo setorial, homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.446/2018, que representou aumento de 15,85% com relação ao valor das quotas estabelecidas originalmente para o ano de 2018. As alterações mencionadas influenciaram na formação de um ativo regulatório que, majoritariamente, foi revertido às tarifas no momento do processo de reajuste tarifário de 2018, sendo a outra parte a ser contemplada na revisão tarifária de 2019.

(vi) Sobrecontratação de energia: A evolução desse item deve-se, principalmente, à variação da carga durante o ano de 2018 com queda de 3,53% diante da carga total do ano inicialmente prevista, esperando fechar o ano com nível de contratação de 106,78%. O resultado da sobrecontratação de 2018 depende da relação do preço médio de aquisição de energia e do PLD, ou seja, enquanto o PLD for maior que o preço médio de aquisição de energia, o impacto da sobrecontratação é positivo na liquidação financeira do mercado de curto prazo. Para 2018 o PLD médio anual realizado foi de R\$287,83/MWh, maior do que o PLD médio anual de R\$210,05 MWh inicialmente esperado, comparado com o preço médio de aquisição de energia de R\$202,88 MWh o que significa um resultado anual positivo a favor da Companhia.

(vii) Outros: A variação no período é decorrente de reconhecimento como componente financeiro no reajuste tarifário de 2018 de ressarcimento de P&D no montante de R\$22.369, correspondente à devolução pela União, do excedente de arrecadação de adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida – ROL, instituído pela Lei nº 12.111/2009, que foi repassado às tarifas de energia elétrica e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir Estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na região de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O montante está sendo devolvido na tarifa da Companhia a partir do reajuste tarifário de agosto de 2018.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Reclassifica- ção	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2018
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	69.781		3.883	43.300	(7.308)		(21.338)	88.318
Total Circulante		69.781	-	3.883	43.300	(7.308)	-	(21.338)	88.318
Outros tributos compensáveis									
ICMS	9.2	51.319	9.373					(8.640)	52.052
PIS e COFINS	9.1	50.359	234.797	603	6	(49.292)		(234.644)	1.829
IRRF sobre aplicações financeiras		5.733	1.598						7.331
IR/CS retidos sobre faturamento		744	2.199					(1.720)	1.223
Outros		4.129			(31)				4.098
Total		112.284	247.967	603	(25)	(49.292)	-	(245.004)	66.533
Circulante		73.204							18.371
Não circulante		39.080							48.162
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	26.131		(3.073)			(23.058)	-
Total		-	26.131		(3.073)			(23.058)	-
Outros tributos a recolher									
ICMS	9.3	82.381	1.065.425		(1.042.514)			(8.640)	96.652
PIS e COFINS		31.485	491.477	20	(204.377)	(44.657)		(234.644)	39.304
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.274	15.450		(14.851)				2.873
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.4	11.943	11.246			(11.943)			11.246
Parcelamentos	9.5	125.292		6.384	(9.928)				121.748
Encargos com pessoal		4.655	1.243		(695)				5.203
Outros		193	263		(268)				188
Total		258.223	1.585.104	6.404	(1.272.633)	(56.600)	-	(243.284)	277.214
Circulante		142.599							165.665
Não circulante		115.624							111.549

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS - Ativos Compensáveis

Em decorrência do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais, no exercício de 2017, a Companhia apurou créditos dos referidos tributos entre a antiga apuração pelo consumo efetivo da energia e a atual apuração pelo regime de competência.

Em relação ao Imposto de renda e contribuição social, a Companhia apurou um crédito de R\$113.001, sendo o saldo atualizado, líquido das compensações até 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$64.368.

Em relação ao PIS e COFINS, a Companhia apurou um crédito de R\$57.074, sendo o saldo atualizado, líquido das compensações até 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$1.073.

9.2 ICMS - Ativo Compensável

Do saldo a compensar de R\$52.052 (R\$51.319 em 31 de dezembro de 2017), R\$7.531 (R\$15.879 em 31 de dezembro de 2017) são Circulante e R\$44.521 (R\$35.440 em 31 de dezembro de 2017) são Não circulante. Do montante total, R\$49.637 (R\$39.462 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.3 ICMS - Passivo a Recolher

O montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$96.652 (R\$82.381 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao ICMS a recolher incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.4 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$11.943 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e foi liquidado em janeiro de 2018. Já o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$11.246 refere-se ao JSCP deliberado no exercício de 2018 a ser liquidado em janeiro de 2019.

9.5 Parcelamentos**9.5.1 REFIS**

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de setembro de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados:

Parcelamentos - REFIS	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total de Parcelamen- to	Conversão em renda	Valor de adesão - REFIS
COFINS	2.925	585	2.681		6.191		6.191
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa		223	192		415	190	605
	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011	60.433
Redução Programa REFIS							(11.578)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(12.099)
Total							36.756

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****9.5.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT**

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2018 restam 133 parcelas de R\$850 atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados:

Parcelamentos - PERT	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	9.572	1.914	2.610	14.096
COFINS	50.465	10.093	12.050	72.608
CSLL	19.606	3.921	5.198	28.725
IRPJ/ IRRF	43.788	8.758	11.214	63.760
	123.431	24.686	31.072	179.189
Redução Programa PERT				(29.760)
Total				149.429

9.5.3 Movimentação dos parcelamentos

	REFIS (*)	PERT	Total
Valor de adesão	36.756	149.429	186.185
Diferença REFIS IR/CS			
Atualização de Juros - Consolidação 2011	2.715		2.715
Ativo a compensar	3.640		3.640
Depósito Judicial a favor da Companhia	17.284		17.284
Conversão em renda a favor da União	(18.175)		(18.175)
Pagamento	(36.079)	(46.307)	(82.386)
Atualização	5.643	9.734	15.377
Reversão de atualização da conversão em renda	(2.892)		(2.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.892	112.856	121.748

(*) O saldo do REFIS em 31 de dezembro de 2018 de R\$8.892 (R\$8.653 em 31 de dezembro de 2017) possui depósitos judiciais no montante de R\$22.643 (R\$22.100 em 31 de dezembro de 2017), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo e respectivo levantamento da diferença entre o depósito judicial atualizado e a obrigação.

10 Tributos diferidos

Nota	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS			855	6
Imposto de renda e contribuição social	10.1			
Total	213.586	259.113	855	6

10.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízos Fiscais		1.930	11.889			(9.959)	(10.932)		
Base Negativa da Contribuição Social		3.891	7.866			(3.975)	(3.936)		
		5.821	19.755	-	-	(13.934)	(14.868)	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		33.505	31.525			(1.061)	2.972	3.041	
Benefício pós-emprego		82.251	68.244			14.007	14.123		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		44.435	36.675			7.760	9.874		
Ativos e passivos financeiros setoriais	10.1.1.1						5.447		
PIS e COFINS sobre ativos e passivos financeiros setoriais	10.1.1.1						1.020		
Consumidores - ajuste a valor presente		2.518	3.393			(875)	(292)		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				116.418	106.181	(10.237)	(3.385)		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		154.778	193.847					(39.069)	36.676
Outras		2.008	1.905	7.083	3.867	(3.113)	(2.390)		
Total Diferenças temporárias		319.495	335.589	123.501	110.048	6.481	27.369	(36.028)	36.676
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.1.1.2	11.771	13.817			(2.046)	(2.153)		
Total bruto		337.087	369.161	123.501	110.048	(9.499)	10.348	(36.028)	36.676
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(123.501)	(110.048)	(123.501)	(110.048)				
Total		213.586	259.113	-	-				

Notas Explicativas

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1.1.1 Ativos e passivos financeiros setoriais e PIS e COFINS

O montante no resultado de 2017 referia-se a realização dos tributos diferidos sobre os ativos e passivos financeiros setoriais decorrente da amortização e constituição da CVA e dos componentes financeiros do IRT 2016 a 2019. Devido ao recálculo de tais tributos pelo regime de competência, a Companhia não mais apresenta tributos diferidos sobre ativos e passivos setoriais.

10.1.1.2 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP - Energias do Brasil, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$1.682 até o ano de 2025 (Nota 14.2.1.2).

10.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2019	2020	2021	2022	2023	2023 a 2025	2026 a 2027	Total
52.754	49.633	47.286	32.386	32.303	74.815	47.910	337.087

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Recettas (Despesas)			
				Circulante		Circulante		Operacionais		Financeiras	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2018
Consumidores e concessionárias (Nota 7)											
Ressarcimento por insuficiência de geração											
Porto do Pecém	Controle Comum		01/01/2012 a 31/12/2026	909	905		475		(2.373)	564	
Uso do sistema de distribuição											
Energest	Controle Comum		01/08/2005 a 17/07/2025	387	458			5.254	4.852		
Santa Fé	Controle Comum (*)		23/03/2009 a 17/07/2025		36			416	327		
EDP PCH	Controle Comum (**)		01/04/2016 a 17/07/2025		222			2.735	2.678		
				1.296	1.621	-	475	6.032	8.421		
Fornecedores (Nota 15)											
Suprimento de energia elétrica											
Enepeixe	Controle Comum	160,85	01/01/2016 a 31/12/2018			9	7		(92)	(91)	
Energest	Controle Comum	231,52	01/01/2008 a 31/12/2037			76	57		(586)	(566)	
Energest	Controle Comum	159,20	01/01/2016 a 31/12/2018			3	2		(31)	(30)	
Lajeado	Controle Comum	229,52	01/01/2008 a 31/12/2037			5	4		(51)	(49)	
Lajeado	Controle Comum	231,52	01/01/2009 a 31/12/2038			9	6		(92)	(88)	
Lajeado	Controle Comum	215,59	01/01/2009 a 31/12/2038			39	29		(298)	(288)	
Santa Fé	Controle Comum (*)	245,72	01/01/2009 a 31/12/2038				46		(474)	(458)	
Porto do Pecém	Controle Comum	Parcela fixa(*) + Custo variável	01/01/2012 a 31/12/2026			2.084	5.358		(31.522)	(33.201)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/05/2014 a 31/12/2019			23	21		(238)	(231)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018						(8)	(8)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018						(20)	(20)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018						(32)	(32)	
ECE Participações	Controle Comum	164,70	01/01/2015 a 31/12/2044			699	519		(5.377)	(5.195)	
EDP PCH	Controle Comum (**)	258,35	01/04/2016 a 17/07/2025				2.345		(24.108)	(26.819)	
EDP PCH	Controle Comum (*)	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025						(1.546)	(1.546)	
EDP PCH	Controle Comum (*)	262,21	01/04/2016 a 17/07/2025				2.198		(31.528)	(30.749)	
EDP PCH	Controle Comum (**)	227,99	01/04/2016 a 31/12/2041						(2)	(2)	
São Manoel	Controle Comum	107,58	26/04/2018 a 31/12/2047			152			(932)		
				-	-	3.099	10.592	-	(95.331)	(99.373)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas											
Contratos de mútuo - 100,3% do CDI											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/03/2017 a 28/03/2019			-	-		-	(428)	
				-	-	-	-		-	(428)	

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Recetas (Despesas)	
				Circulante		Circulante		Operacionais	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019						
Convênio de arrecadação									
EDP GRID	Controle Comum		24/08/2015 a 30/06/2023						
Aquisição de materiais									
EDP São Paulo	Controle Comum		30/09/2018			63			
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019	14	1	88	81	(1.026)	(1.357)
Energist	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019	1	18			15	122
EDP GRID	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1			1	7
Santa Fé	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019					1	7
EDP Renováveis	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019	18	18				
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1			1	7
ECE Participações	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019		1			1	7
EDP PCH	Controle Comum		01/11/2016 a 31/10/2019		1			1	6
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.2.1)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		19/06/2017 a 18/06/2023			58	6	(52)	(6)
Indenização lucros cessantes									
EDP Comercializadora	Controle Comum		30/04/2017						122
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019	68				(14.665)	
Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)									
EDP Portugal	Controladora Indireta		31/12/2018 a 14/02/2019			583			
		-	-	2.168	41	622	209	1.392	(13.165)
	1.296	1.621		2.168	516	3.721	209	1.392	(104.117)
									(428)

(*) A parcela fixa é de R\$1.494, por mês.

(**) A EDP PCH e a Santa Fé foram alienadas em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias recebidas do controlador estão descritas na nota de Garantias (Nota 30.2).

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: Até 31 de dezembro de 2017 esteve vigente o Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos firmado entre a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, e demais partes relacionadas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida estará excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em novembro de 2016 a EDP Espírito Santo celebrou este mesmo contrato com a EDP PCH, utilizando o mesmo critério de rateio anuído pelo Despacho nº 2.430/15, com prazo de 36 meses, sem necessidade da anuência prévia ANEEL, conforme dispensa prevista na Resolução ANEEL nº 699/16. Com a alienação da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida estará excluída do compartilhamento.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB: Refere-se à licença de utilização do *software* Neweb, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alorjar os diferentes portais *web* do Grupo EDP no mundo.

11.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

11.2 Remuneração dos administradores**11.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora**

Em julho de 2017 e junho de 2018, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o segundo e o terceiro planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2018 da mesma o montante de R\$52 (R\$6 em 2017) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2018			2017		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	2.985	70	3.055	2.871	70	2.941
Benefícios de curto prazo (b)	110		110	79	-	79
Benefícios - Previdência Privada	34		34	11	-	11
Total	3.129	70	3.199	2.961	70	3.031

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação à Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.2.1), o montante relativo à diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2018, é de R\$19. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

11.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2018		2017	
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	6,00	2,00	5,00	2,00
Valor da maior remuneração individual	863	35	791	35
Valor da menor remuneração individual	355	12	443	35
Valor médio da remuneração individual	522	35	592	35

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****12 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Depósitos judiciais	9.5 e 21	80.562	26.456	15.807	(1.237)	(5.383)	116.205
Cauções e depósitos vinculados		511	73	1	(382)		203
Total		81.073	26.529	15.808	(1.619)	(5.383)	116.408
Circulante		73					4
Não Circulante		81.000					116.404
Total		81.073					116.408

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outros créditos - Ativo					
Descontos tarifários	13.1	47.722	27.995		
Benefícios pós-emprego	19.1.1.2			322	496
Bens destinados à alienação/desativação	13.2	4.292	9.017		
Serviços em curso		1.879	1.747		
Serviços prestados a terceiros		2.934	2.978	1.790	2.284
Ressarcimento de custos – CCRBT	20	153			
Convênios de arrecadação		5.164	3.049		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11			2.168	41
Estoques	13.3	13.328	7.773		
Outros		4.735	6.731	166	175
Total		80.207	59.290	4.446	2.996
Outras contas a pagar - Passivo					
Contribuição de iluminação pública	13.4	13.070	13.426		
Credores diversos - consumidores e concessionárias		8.625	4.896		
Folha de pagamento		2.003	2.048		
Arrecadação de terceiros a repassar		4.064	4.098		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	622	35	209	1.392
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.5	24.930	27.178		
Outros		3.300	3.825		
Total		56.614	55.506	209	1.392

13.1 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Até abril de 2017, a responsabilidade pela administração dos recursos da CDE e os respectivos repasses era da Eletrobras. Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos passou a ser de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para a Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.283/17	Ago/17 a Jul/18	18.991
ANEEL nº 2.432/18	Ago/18 a Jul/19	22.175

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Saldo em 31/12/2017	Descontos tarifários	Atualização monetária	Ressarci- mento	Saldo em 31/12/2018
Subsídio Baixa Renda	5.103	23.368		(25.059)	3.412
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	26.771	88.622	2.121	(87.879)	29.635
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.167	5.359	217	(5.300)	1.443
Subsídio Rural	10.645	116.748	6.027	(108.823)	24.597
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/06	(13.749)	31.585	3.484	(31.522)	(10.202)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	2.771	13.814	628	(13.789)	3.424
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(4.713)		272	(146)	(4.587)
	27.995	279.496	12.749	(272.518)	47.722

13.2 Bens destinados à alienação/desativação

Do saldo de R\$9.017 em 31 de dezembro de 2017, R\$8.342 referia-se à alienação de imóvel, cujo valor de venda foi R\$11.123, tendo sido recebido o montante de R\$2.781 em 29 junho de 2017 e o montante remanescente recebido em 12 de junho de 2018.

13.3 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nos Ativos da concessão (Nota 14.2.1.3) pelo montante, em 31 de dezembro de 2018, de R\$23.352 (R\$26.784 em 31 de dezembro de 2017).

13.4 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

13.5 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****14 Ativo financeiro indenizável, Intangível a Ativos da concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

- **Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

- **Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

- **Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.

Devido a implementação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota 14.1) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota 14.2) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.

Conforme mencionado na nota 3.7.2.3, com a adoção do CPC 47, os ativos da infraestrutura da distribuição, durante o período de construção, passaram a ser tratados como Ativos da concessão.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

14.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição – VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Companhia ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes através da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de valores itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2017	Transferên- cias dos Ativo da concessão	Valor Justo	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Ativo financeiro indenizável	1.177.831	196.215	30.110	(11.519)	1.392.637
	1.177.831	196.215	30.110	(11.519)	1.392.637

14.2 Intangível e Ativos da concessão

O Intangível e os Ativos da concessão estão mensurados pelo custo total de aquisição/construção deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos ativos, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,7629%, que representa a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**14.2.1 Composição**

			31/12/2018				31/12/2017		
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível									
Direito de concessão - Infraestrutura	14.2.1.1								
Em serviço		4,56	2.103.168	(1.430.951)	672.217	4,47	2.044.809	(1.364.447)	680.362
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.2.1.2	7,08	103.963	(69.343)	34.620	7,08	103.963	(63.324)	40.639
(-) Provisão para manutenção de dividendos	14.2.1.2	7,08	(103.963)	69.343	(34.620)	7,08	(103.963)	63.324	(40.639)
			2.103.168	(1.430.951)	672.217		2.044.809	(1.364.447)	680.362
Ativos da concessão									
Em curso	14.2.1.3		184.108		184.108		163.687		163.687
			184.108	-	184.108		163.687	-	163.687
			2.287.276	(1.430.951)	856.325		2.208.496	(1.364.447)	844.049

14.2.1.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

14.2.1.1.1 Bens totalmente amortizados

O saldo líquido do ativo intangível compreende itens que encontram-se totalmente amortizados. O custo histórico destes itens está demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Direito de concessão - Infraestrutura		
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.422	6.252
Máquinas e equipamentos	356.718	434.960
Veículos	12.633	9.799
Móveis e utensílios	6.366	6.549
Outros	199.649	192.222
Total	582.788	649.782

Os itens totalmente depreciados são deduzidos da BRR, ou seja, no momento da apuração dos valores relativos à infraestrutura que irão compor a tarifa de energia a ser cobrada dos consumidores, é considerado o total do ativo bruto em serviço deduzido da amortização acumulada e incluindo os bens totalmente amortizados.

14.2.1.2 Ágio – Incorporação de sociedade controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.1.1.2).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido (Nota 22.3).

14.2.1.3 Ativos da concessão

Referem-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável (Nota 14.1) ou como Ativo Intangível (Nota 14.2.1.1), conforme a forma de remuneração.

14.2.2 Movimentação

	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos (Nota 14.2.2.1)	Juros capitalizados	Transf. para intangível em serviço	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2018
Intangível									
Direito de concessão - Infraestrutura	680.362			124.191		(110.973)	(20.909)	(454)	672.217
Total do intangível	680.362	-	-	124.191	-	(110.973)	(20.909)	(454)	672.217
Ativos da concessão									
Em curso	163.687	331.273	4.573	(124.191)	(196.215)			4.981	184.108
Total dos Ativos da concessão	163.687	331.273	4.573	(124.191)	(196.215)	-	-	4.981	184.108
Total	844.049	331.273	4.573	-	(196.215)	(110.973)	(20.909)	4.527	856.325

14.2.2.1 Ingressos

Do total de ingressos: (i) 51% foram destinados à instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes; (ii) 20% foram destinados à melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondicionamento de redes em final de vida útil; (iii) 16% foram investidos em combate à perdas; e (iv) 13% foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****14.3 Conciliação dos saldos entre Ativo financeiro indenizável e Ativo Intangível comparados à BRR**

	31/12/2018	31/12/2017
BRR Homologada em 2 de agosto de 2016	2.015.191	2.015.191
BAR Homologada em 2 de agosto de 2016	102.866	102.866
Movimentações de base	(204.314)	(106.874)
Investimento Incremental	638.350	317.944
Bases Regulatórias	2.552.093	2.329.127
Ativo financeiro indenizável	1.392.637	1.177.831
Intangível em serviço	672.217	680.362
Total do Balanço patrimonial	2.064.854	1.858.193
VNR do Intangível não registrado	487.239	470.934

O montante de R\$487.242 não registrado no Balanço patrimonial é decorrente do fato da ANEEL avaliar os ativos a VNR e o saldo apresentado nas demonstrações financeiras estar mensurado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de amortização acumulada.

15 Fornecedores

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica		180.832	178.715
Energia livre	15.1	57.963	54.488
Encargos de uso da rede elétrica		28.833	39.768
Operações CCEE	15.2	15.761	32.536
Materiais e serviços	15.3	83.590	79.994
Total		366.979	385.501

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Energia livre

A Energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente as perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. A Companhia passou a efetuar a restituição aos geradores a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes a época.

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referido ato, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, à qual foi atribuída efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício findo em 2018 o valor de R\$3.475 (R\$4.913 em 2017) em contrapartida a despesa financeira.

15.2 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. Do saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$15.761, R\$7.735 corresponde à liquidação do mês de dezembro de 2018 impactada pelo repasse dos saldos de ESS. A redução do saldo no exercício de 2018 decorre do fato de que, em 2017, os montantes a serem liquidados estavam impactados pelo repasse de risco hidrológico associado às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física, à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e que firmaram o termo de repactuação do risco hidrológico.

15.3 Materiais e serviços

A variação no exercício deve-se, substancialmente, aos fornecedores relacionados aos investimentos da infraestrutura da concessão que a Companhia vem realizando no decorrer do exercício (Nota 14.2.2.1).

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2018, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da seguinte forma: (i) R\$6.428 como Constituição de Reserva Legal; (ii) R\$3.736 como Reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$79.623 como JSCP, sendo R\$67.680 líquido de imposto de renda; e (iv) R\$38.779 como dividendos. Dos montantes deliberados para distribuição aos acionistas, já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2017 o valor relativo ao JSCP, de modo que a diferença de R\$38.779 foi complementada na referida data como dividendos adicionais. O JSCP foi integralmente pago em 27 de abril de 2018 e 23 de maio de 2018 e, em relação aos dividendos adicionais, também foram pagos em 23 de maio de 2018 o montante de R\$32.320.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 21 de dezembro de 2018, a Companhia deliberou sobre a reversão de parte dos dividendos declarados na AGO, realizada em 25 de abril de 2018, no montante de R\$6.459 para rubrica de Reserva de retenção de lucros (Nota 22.3.1).

Em 21 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2018 no montante bruto de R\$74.975, sendo R\$63.729 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2017	Dividendos adicionais	JSCP	Pagamentos	Reversão	31/12/2018
EDP - Energias do Brasil	67.680	38.779	63.729	(100.000)	(6.459)	63.729
	67.680	38.779	63.729	(100.000)	(6.459)	63.729

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Debêntures
17.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Emissário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2018				31/12/2017			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante		Circulante	Não circulante	Circulante		Circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	17.680	10	176.800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,50% a.a. até 25/02/2016 CDI + 150% do CDI a partir de 26/02/2016 (i)	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral	3.859		70.720	70.720	5.539		35.360	141.440
(-) Custos de emissão				(599)		27/08/2014 a 27/08/2020			Amortização mensal			(67)	(20)			(111)	(87)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	19.000	10	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral	2.870		190.000	190.000	3.254		190.000	193.254
(-) Custos de emissão				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal			(742)	(742)			(1.061)	(1.061)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Lda.	Instrução CVM nº 476/09	22.000	10	220.000	6ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral.	6.554		220.000	220.000	68		120.000	120.068
(-) Custos de emissão				(1.289)		20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal			(810)	(810)			(498)	(791)
Simplex Pavani Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/09/2018	15/09/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2020 e juros semestral	3.551		191.196	191.196			194.757	-
(-) Custos de emissão				(2.941)		15/09/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal			(2.739)	(2.739)			(2.739)	-
Total										15.844		70.653	687.600	8.866		34.751	449.113

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura de emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebatimento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As debêntures não possuem garantias.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****17.2 Movimentação das debêntures**

	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2018
Circulante							
Principal	35.360		(35.360)		70.720		70.720
Juros	8.861		(37.108)	45.091			16.844
Custo de transação	(609)				(580)	1.122	(67)
	<u>43.612</u>	<u>-</u>	<u>(72.468)</u>	<u>45.091</u>	<u>70.140</u>	<u>1.122</u>	<u>87.497</u>
Não circulante							
Principal	451.440	290.000		1.196	(70.720)		671.916
Custo de transação	(1.939)	(2.952)			580		(4.311)
	<u>449.501</u>	<u>287.048</u>	<u>-</u>	<u>1.196</u>	<u>(70.140)</u>	<u>-</u>	<u>667.605</u>

17.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2019	<u>87.497</u>
	<u>87.497</u>
Não circulante	
2020	254.358
2021	185.354
2022	37.497
2023	63.298
2024	63.461
2025	<u>63.637</u>
	<u>667.605</u>
Total	<u>755.102</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:

- (i) Falência formulada pela Emissora;
- (ii) Decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- (iii) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iv) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica;
- (v) Cisão, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto: a) com relação à fusão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, desde que não haja Alteração de Controle; ou b) se tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação;
- (vi) Redução de capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; e
- (vii) Distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, aprovação de resgate ou amortização de ações ou realização de pagamentos a seus acionistas sob obrigações contratuais, sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão.

- Específicas para a 3ª emissão:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 5 dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora de notificação para pagamento enviada pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) Descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais"; e
- (iii) Protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de boa fé em valor individual igual ou superior a R\$75.000 e/ou não tenha sido sanado em 30 dias, contados da sua intimação.

- Específicas para a 5ª, 6ª e 7ª emissão:

- (i) Falta de pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na escritura, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) Declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R\$75.000 ou seu equivalente em outras moedas;
- (iii) Celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000, ou o seu equivalente em outras moedas;
- (iv) Protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000 ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora de referido protesto a Emissora tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que: a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; b) o protesto seja cancelado, ou, ainda; c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
- (v) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser a controladora da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação;
- (vi) Distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta;
- (vii) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora de boa-fé no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; e

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(viii) Descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

• Específica para a 6ª e 7ª emissão:

(i) Transformação da Emissora em sociedade limitada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2018				31/12/2017			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Total
BNDES - BB/CALC 14.2.1237.1	177.468	29/01/2009	155.228	17/02/2010 a 17/06/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	4,9% a.a. e de 1,81% a IPCA + 1% (ii) + 3,05% a.a., 3,32% a.a. acima da TJLP e PG de 0,05% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	4	1.177	1.181	13	2.337	1.169	3.519	
BNDES - FINEM / NF 17.2.0296.1	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 18/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + 1% (ii) + 3,05% a.a., e PG de 0,05% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	3.536	40.069	179.363	4.284	39.220	172.579	216.083	
(i) Custo de transação		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 18/12/2024			Amortização mensal de custo de transação				(229)	(442)	(671)	(259)	(671)	(900)	
Eletrobras LPT - ECFS 106/05	50.304	20/11/2005	37.114	30/05/2008 a 30/04/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (ix adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.				8	1.563		1.571	
Eletrobras LPT - ECFS 18/107	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/04/2020	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (ix adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.		4.529	1.510	6.039	55	4.907	6.039	11.001
Eletrobras LPT - ECFS 258/09	56.737	28/08/2009	20.687	30/01/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a. (ix adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.		1.702	3.404	5.106	35	1.844	5.106	6.985
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	200.000	08/05/2014	200.000	09/05/2014 a 14/05/2018	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,0625%	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória					694	66.087	67.361	
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	100.000	29/05/2015	100.000	29/05/2015 a 23/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,19%	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória	317	50.000	50.317	694	50.000	50.000	100.684	
BNDES - FINEM / NF 17.2.0296.1	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no âmbito de 2016 a 2018	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,95% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a) Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.081	9.744	167.668	629		86.146	86.775	
(i) Custo de transação		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025			Amortização mensal de custo de transação				(538)	(1.507)	(2.045)		(2.586)	(2.586)	
Total										4.339	5.926	106.464	306.330	6.402	166.279	317.792	499.463

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"; CVA, sob o contrato de e realidade dos encargos setoriais";
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"; CVA, sob o contrato de e realidade dos encargos setoriais", e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.
(iii) Equivale ao resultado da amortização linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicadas ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Suborditos B e D.
(iv) Os suborditos A, C, E e F possuem juros e amortizações anuais, e os suborditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2018
Circulante								
Principal	166.538	133.000	(299.911)		106.875		719	107.221
Juros	6.402		(34.063)	34.720	(2.242)		121	4.938
Custo de transação	(259)	(675)			(1.308)	1.475		(767)
	<u>172.681</u>	<u>132.325</u>	<u>(333.974)</u>	<u>34.720</u>	<u>103.325</u>	<u>1.475</u>	<u>840</u>	<u>111.392</u>
Não circulante								
Principal	321.039	88.729			(106.875)		5.447	308.340
Juros	-			3.613	2.242		73	5.928
Custo de transação	(3.257)				1.308			(1.949)
	<u>317.782</u>	<u>88.729</u>	<u>-</u>	<u>3.613</u>	<u>(103.325)</u>	<u>-</u>	<u>5.520</u>	<u>312.319</u>

18.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Nacional
Circulante	
2019	111.392
	<u>111.392</u>
Não circulante	
2020	78.102
2021	70.784
2022	62.061
2023	40.740
2024 até 2025	60.632
	<u>312.319</u>
Total	<u>423.711</u>

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo à Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	19.2	567	753	197	463
Assistência médica e seguro de vida	19.2	40.508	36.289	655.477	733.129
Contribuição definida	19.1.2	37			
		<u>41.112</u>	<u>37.042</u>	<u>655.674</u>	<u>733.592</u>

19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

19.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2018 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário, todavia, este superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

19.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido (Nota 13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(151.916)	273.247	(122.494)	496
Custo do serviço corrente	(137)			(137)
Custo dos juros	(19.001)	32.286	(13.379)	(94)
Ganhos/(perdas) atuariais	(5.531)	(4.096)	9.644	17
Contribuições pagas pelos empregados	40			40
Benefícios pagos pelo plano	17.978	(17.978)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(158.567)	283.459	(126.229)	322

Devido a situação superavitária destes planos, são esperadas compensações das contribuições da Companhia para o exercício de 2019 de R\$2.512.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.150 (perda atuarial de R\$1.161 em 31 de dezembro de 2017).

19.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios pelo plano, para os próximos 10 anos:

Vencimento	Plano I	Plano II
Circulante		
2019	12.092	4.642
	12.092	4.642
Não circulante		
2020	12.336	4.823
2021	12.557	5.003
2022	12.750	5.180
2023	12.914	5.353
2024 a 2028	65.698	29.179
	116.255	49.538
Total	128.347	54.180

19.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2018	2017
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		137	134
Custo dos juros	25	94	156
Contribuições esperadas dos empregados		(40)	(28)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		191	262
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		4.096	8.088
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas		(968)	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		819	(23.492)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		5.680	11.657
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(9.644)	3.032
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(17)	(715)
Total		174	(453)

19.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	2018	2017
Títulos de dívida	Cotado	94,54%	94,12%
Ações	Cotado	4,55%	4,89%
Imóveis	Cotado	0,91%	0,57%
Outros	Não cotado		0,42%
Total		100,00%	100,00%

No exercício de 2017, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R\$388.

Para o exercício de 2018, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R\$63.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****19.1.1.6 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2018		2017	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos		384	1	426
Participantes assistidos				
Aposentados e pensionistas	662	158	667	185
Total	662	542	668	611

19.1.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tabela de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações dos planos	
	Plano I	Plano II
Pressupostos Centrais	130.842	69.177
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	126.307	66.732
Redução em 0,5%	135.718	71.822
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	134.249	70.305

19.1.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2018		2017	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,14% a.a.	5,14% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Inflação	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	TASA 1927	Muller	Muller

19.1.2 Plano de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$1.521 (R\$1.255 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 esses planos têm a adesão de 533 colaboradores (484 em 31 de dezembro de 2017).

19.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados na Companhia): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

19.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2018 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

19.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(770.634)
Custo do serviço corrente	(3.454)
Custo dos juros	(78.125)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio líquido	114.892
Benefícios pagos pela Companhia	40.572
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(696.749)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O ganho atuarial de R\$114.892 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2018, foi decorrente, principalmente, de ajustes de experiência do plano relacionado ao falecimento dos titulares.

Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$299.301 (perda atuarial de R\$375.130 em 31 de dezembro de 2017).

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o exercício de 2019 são de R\$41.076.

19.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida	AIA
Circulante		
2019	34.907	567
	34.907	567
Não circulante		
2020	37.618	97
2021	40.889	119
2022	44.396	258
2023	47.623	
2024 a 2028	293.509	
	464.035	474
Total	498.942	1.041

19.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2018	2017
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		3.454	2.914
Custo dos juros	25	78.125	73.012
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		81.579	75.926
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido:			
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(158.617)	8.578
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		43.725	100.006
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(114.892)	108.584
Total		(33.313)	184.510

19.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2018				2017			
	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	18	245		705	23	288		607
Participantes assistidos								
Dependentes						1.416		
Aposentados e pensionistas		2.813	1.299	47		1.272	1.276	47
	-	2.813	1.299	47	-	2.688	1.276	47
Total	18	3.058	1.299	752	23	2.976	1.276	654

19.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Auxílio Incentivo a Aposentado-ria	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposenta-dos	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	928	619.992	6.268	69.659
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	924	587.533	5.683	66.335
Redução em 0,5%	931	655.526	6.944	73.301
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	928	647.192	6.409	70.516
Fator de envelhecimento				
Aumento em 0,5%		663.491		
Redução em 0,5%		580.907		

Notas Explicativas

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**19.2.7 Premissas**

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2018				2017			
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,40% a.a.	n/a	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,14% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	4,52% a.a.	n/a	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,65% a.a.	n/a	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos Médicos: 10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2027; Custos de farmácia e odontológicos: 4,52% a.a.	n/a	n/a	n/a	10,92% a.a. em 2018, reduzindo linearmente para 6,74% a.a. até 2027	n/a	n/a
Inflação	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	n/a	n/a	n/a	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas								
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

20 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adições (Reversões)	Atualização Monetária	Pagamentos / Recebimentos	Ressarcimen- to CCRBT (Nota 8)	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20.1 e 23	35.663	520.242		(534.684)			21.221
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	7.2	28.442	86					28.528
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	20.2 e 23	21.972	29.898	940	(34.462)			18.348
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	8, 20.3 e 23	11.188	(1.789)		(11.386)	1.962	25	-
Outros encargos		267	3.305		(3.284)			288
Total		97.532	551.742	940	(583.816)	1.962	25	68.385
Circulante		97.532						68.253
Não circulante		-						132
		97.532						68.385

20.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Referem-se aos valores a repassar à CDE, anuídos pela ANEEL, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.863/15			
CDE - Energia (Recomposição Conta ACR) (*)	252.560	12.628	Agosto de 2015 a Março de 2017
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.231/17			
CDE - Energia (Recomposição Conta ACR) (*)	444.216	10.270	Abril de 2017 a Março de 2018
		13.374	Abril de 2018 a Março de 2020
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.202/17			
CDE - Energia	91.159	7.597	Agosto de 2017 a Julho de 2018
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.446/18			
CDE - Energia	93.771	7.814	Agosto de 2018 a Julho de 2019
		13.978	Janeiro de 2018
		30.182	Fevereiro de 2018
CDE - Encargo de uso	277.198	19.063	Março de 2018 a Agosto de 2018
		29.665	Setembro de 2018 a Dezembro de 2018

(*) A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.231/17 revogou os montantes da Resolução ANEEL nº 1.863/15, a partir da competência de abril de 2017, uma vez que foi apurado pela CCEE que o índice de reserva de liquidez do fundo estava superior ao exigido pelos contratos de financiamento. Assim, em prol da modicidade tarifária, a ANEEL aprovou a redução das quotas mensais do encargo no exercício de abril de 2017 a março de 2018.

20.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$18.348 (R\$21.972 em 31 de dezembro de 2017), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp**20.3 Bandeiras tarifárias**

A partir de 1º de janeiro de 2015, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este mecanismo tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 3 bandeiras: verde, amarela e vermelha. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda. A partir dessa avaliação, define-se as térmicas que deverão ser acionadas.

A bandeira verde indica que o custo para geração de energia está no patamar normal, não sendo necessário nenhum acréscimo no valor das tarifas de energia. Já as bandeiras amarela e vermelha sinalizam que o custo da geração de energia está aumentado, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia.

A partir de 1º de fevereiro de 2016, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.016/16, se o custo variável da última usina a ser despachada pelo ONS: (i) fosse menor que R\$211,28/MWh, então a bandeira era verde; (ii) se estivesse entre R\$211,28/MWh e R\$422,56/MWh, a bandeira era amarela; (iii) se estivesse entre R\$422,56/MWh e R\$610,00/MWh, a bandeira era vermelha - patamar 1; e (iv) se fosse maior que R\$610,00/MWh, a bandeira era vermelha - patamar 2. A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.203/17, havia mantido as faixas de acionamento para o exercício de 2017.

Em 26 de outubro de 2017 a ANEEL apresentou a proposta de aprimoramento da metodologia das bandeiras tarifárias, por meio da audiência pública nº 61/17, propondo mudanças nos valores cobrados dos consumidores e inclusão de novos critérios no cálculo, como os custos que estão relacionados com o déficit hídrico.

Com a hidrologia desfavorável, a diretoria da ANEEL votou por implementar a sistemática proposta na audiência pública, em caráter excepcional, a partir do mês de novembro de 2017, antecipando a alteração no valor das bandeiras tarifárias previsto para ocorrer apenas em 2018, diante da relevante perspectiva de aprimoramento nela embutida e de sua potencial repercussão positiva sobre o acionamento das bandeiras tarifárias no curto prazo. Desta forma, a ANEEL elevou o valor adicional cobrado da bandeira vermelha - patamar 2 para R\$5,00 para cada 100 kWh. No caso da bandeira amarela, o adicional de cobrança reduziu para R\$1,00 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha - patamar 1 manteve a cobrança adicional em R\$3,00 a cada 100 kWh consumidos.

Em 24 de abril de 2018 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392, estabeleceu os novos critérios de acionamento das bandeiras tarifárias. A definição das faixas de acionamento observará liames de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento passa a levar em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD).

A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. A referida Resolução Homologatória manteve os valores de adicionais das bandeiras amarela e vermelha que haviam sido definidos pela diretoria da ANEEL em novembro/2017.

A partir de 2019, a regra de acionamento e do tratamento da cobertura tarifária será reavaliada com base no calendário hidrológico, em abril, final do período úmido.

Desta forma, o saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2018 foram:

Bandeiras	Meses
Verde	Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Dezembro
Amarela	Maio e Novembro
Vermelha - patamar 2	Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro

21 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	21.1	8.546	5.782	125.385	103.347
Total		8.546	5.782	125.385	103.347

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo							Ativo	
	Baixas				Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018	Depósito Judicial	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Pagamentos	Reversões				31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	74.800	14.099	(6.550)	(8.285)	7.534	72	81.670	42.014	24.942
Cíveis	27.271	21.722	(10.307)	(3.226)	5.096	(72)	40.484	11.440	5.401
Fiscais	16				1		17		
Regulatórias	5.782	5.852	(3.677)	(247)	810		8.520		
Outros	1.260	3.163		(1.260)	77		3.240		355
Total	109.129	44.836	(20.534)	(13.018)	13.518	-	133.931	53.454	30.698
Circulante	5.782						8.546		
Não circulante	103.347						125.385	53.454	30.698
Total	109.129						133.931	53.454	30.698

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****21.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela Fenaban, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia entendeu, por hora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Em dezembro de 2017 a Companhia já havia realizado uma correção adicional das causas trabalhistas, por conta da mudança do índice de correção, no valor de R\$8.782. Desde então, a Companhia passou a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se a diversas ações questionando cobrança excessiva, danos materiais, entre outros. Dentre as ações destaca-se, principalmente, o montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$4.103 (R\$3.540 em 31 de dezembro de 2017) relativo aos pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

21.1.1.3 Regulatórias

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela Companhia.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Passivo		Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017	Depósito Judicial 31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	66.453	61.423	6.474	4.674
Cíveis	152.853	155.266	3.662	3.356
Fiscais	467.842	290.419	22.434	15.335
Regulatórias	12.298			
Total	699.446	507.108	32.570	23.365

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

21.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

21.1.2.2 Cíveis

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$63.872 (R\$53.631 em 31 de dezembro de 2017).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, a Companhia, por meio da ABRADÉE, ajuizou o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$11.755 (R\$34.576 em 31 de dezembro de 2017). A variação no exercício é decorrente da alteração da metodologia aplicada na contabilização dos processos.

Adicionalmente, a SAESA propôs ação contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.263 (R\$2.221 em 31 de dezembro de 2017).

21.1.2.3 Fiscais

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$164.452. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2018 importam em R\$8.386 (R\$8.237 em 31 de dezembro de 2017) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

- Diversas Prefeituras: A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2018 totalizam o montante de R\$107.897 (R\$103.516 em 31 de dezembro de 2017). Deste montante, destaca-se o valor de R\$89.266 (R\$86.471 em 31 de dezembro de 2017) decorrente da lavratura de 123 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A Companhia apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$174.124 (R\$170.336 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Ação judicial que assegura o direito de não incluir o valor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições ao programa de integração social (PIS) e ao financiamento da seguridade social (COFINS). A empresa obteve decisão favorável e atualmente aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela Fazenda Nacional nas instâncias superiores.

21.1.2.4 Regulatórias

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas que resultou em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, a Companhia apresentou defesa junto ao órgão regulador e aguarda o pronunciamento do mesmo.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$7.538 (R\$4.399 em 31 de dezembro de 2017).

22 Patrimônio líquido**22.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$650.572 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		170.494	128.566
Constituição da reserva legal - 5%	22.3	(8.525)	(6.428)
		<u>161.969</u>	<u>122.138</u>
Destinação do lucro:			
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	22.3.3	4.293	3.736
Dividendos intermediários - JSCP	16	74.975	79.623
Lucro do exercício a deliberar	22.3	82.701	38.779
		<u>161.969</u>	<u>122.138</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		12,75950	13,5505

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de capital			
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.2.1.2	20.615	20.615
		<u>20.615</u>	<u>20.615</u>
Reservas de lucros			
Legal	22.2	31.966	23.441
Retenção de lucros	22.3.1	411.829	411.143
Lucro do exercício a deliberar	22.2 e 22.3.2	82.701	38.779
Incentivos fiscais	22.3.3	27.801	23.641
		<u>554.297</u>	<u>497.004</u>

22.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$686 é decorrente de: (i) constituição de R\$6.457 relativo à reversão dos dividendos deliberados na AGE realizada em 21 de dezembro de 2018 (Notas 16 e 22.3.2); (ii) absorção da reserva no montante de R\$5.904 relativa aos ajustes da adoção inicial do CPC 48 (Nota 3.7.2.2); e (iii) reversão de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$133 (Nota 22.3.3).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício anterior excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$38.779 havia sido distribuído como dividendos adicionais (Nota 16) conforme deliberação da AGO realizada em 25 de abril de 2018. Todavia, em AGE realizada em 21 de dezembro de 2018, a Companhia deliberou sobre a reversão do montante de R\$6.457 para a Reserva de retenção de lucros (Nota 22.3.1).

22.3.3 Incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 26.1).

A variação no exercício no montante de R\$4.160 é decorrente de: (i) constituição da reserva do exercício de 2018 de R\$4.293 (Nota 22.2); e (ii) reversão de reserva constituída em exercícios anteriores decorrente de ajustes na apuração do benefício fiscal no montante de R\$133 (Nota 22.3.1).

22.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2017	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2018
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(570.138)	160.575	(45.666)		(455.229)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	193.847			(39.069)	154.778
	(376.291)	160.575	(45.666)	(39.069)	(300.451)

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.
- **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.
- **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 24).
- **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 13.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Nota	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
						Reapresentado
Fornecimento - Faturado						
Residencial	1.220.718	1.201.006	2.301.212	2.216.441	958.768	796.467
Industrial	11.133	11.163	594.794	655.462	299.581	281.332
Comercial	124.835	124.253	1.280.857	1.254.150	575.339	489.542
Rural	193.557	187.394	788.793	778.227	201.155	162.002
Poder público	11.323	11.389	273.075	256.184	118.700	96.073
Iluminação pública	660	616	412.202	379.486	103.854	80.786
Serviço público	1.567	1.535	183.724	182.676	74.771	64.957
Consumo próprio	212	222	7.576	7.511		
	<u>1.564.005</u>	<u>1.537.578</u>	<u>5.842.233</u>	<u>5.730.137</u>	<u>2.332.168</u>	<u>1.971.159</u>
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado						
Consumidores cativos						
Residencial					770.905	706.232
Industrial					157.738	162.548
Comercial					419.821	390.362
Rural					153.802	136.261
Poder público					81.462	73.420
Iluminação pública					78.612	71.265
Serviço público					42.059	39.243
Ressarcimento por indisponibilidade					(4.744)	(4.810)
Consumidores livres	<u>342</u>	<u>282</u>	<u>3.972.244</u>	<u>3.661.316</u>	<u>443.753</u>	<u>364.428</u>
	<u>342</u>	<u>282</u>	<u>3.972.244</u>	<u>3.661.316</u>	<u>2.143.408</u>	<u>1.938.949</u>
Não faturado						
Fornecimento					(2.008)	457
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição					2.999	6.026
					<u>991</u>	<u>6.483</u>
Resultados de ativos financeiros setoriais	8					
CVA					186.851	203.904
Itens financeiros - RTE					(24.250)	83.297
Itens financeiros - Outros					(56.662)	(104.779)
PIS/COFINS					(7.724)	(35.827)
					<u>98.215</u>	<u>146.595</u>
Suprimento - Faturado		1	343.958	458.610	85.991	96.414
Energia de curto prazo			550.824	333.603	153.336	93.378
Receita de construção	24				335.846	298.718
Valor justo do ativo financeiro indenizável	14.1				30.110	13.816
Serviços cobráveis					8.859	5.883
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					287.278	251.950
Arrendamentos e aluguéis					18.548	17.524
Outras receitas operacionais					7.100	27.388
Receita operacional bruta					<u>1.564.347</u>	<u>1.537.861</u>
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
ICMS					(1.057.898)	(920.488)
PIS/COFINS					(486.598)	(405.816)
ISS					(377)	(291)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.544.873)</u>	<u>(1.326.595)</u>
Encargos do consumidor						
P&D e PEE	20.2				(29.898)	(26.107)
CDE	20.1				(520.242)	(427.074)
PROINFA - Consumidores Livres					(13.507)	(13.333)
Bandeiras tarifárias (CCRB)	20.3				1.789	(123.526)
Outros encargos					(3.305)	(3.314)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(565.163)</u>	<u>(593.354)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.110.036)</u>	<u>(1.919.949)</u>
Receita					<u>1.564.347</u>	<u>1.537.861</u>
					<u>10.709.259</u>	<u>10.183.666</u>
					<u>3.391.814</u>	<u>2.948.308</u>

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura e os gastos relacionados ao atendimento comercial e operação e manutenção da concessão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

		2018					
		Custo do serviço		Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras
							Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	1.846.929					1.846.929
Encargos de uso da rede elétrica	24.2	313.990					313.990
Outras		784					784
		2.161.703	-	-	-	-	2.161.703
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.3		103.259	46		38.318	141.623
Material			7.722	151		5.526	13.399
Serviços de terceiros	24.4		128.456	271		58.219	186.946
Depreciação			396				396
Amortização			101.022			2.660	103.682
PECLD / perdas líquidas					49.912		49.912
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1						23.942
Aluguéis e arrendamentos			1.024			5.844	6.868
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							48.988
Custo com construção da infraestrutura	23			335.846			335.846
Outras			13.754			5.996	19.750
		-	355.633	336.314	49.912	116.563	931.352
Total		2.161.703	355.633	336.314	49.912	116.563	3.093.055

		2017					
		Custo do serviço		Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras
							Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	1.575.616					1.575.616
Encargos de uso da rede elétrica	24.2	233.751					233.751
Outras		966					966
		1.810.333	-	-	-	-	1.810.333
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.3		104.541	135		38.268	142.944
Material			8.466	221		5.142	13.829
Serviços de terceiros	24.4		123.189	614		45.747	169.550
Depreciação			252				252
Amortização			96.427			3.503	99.930
PECLD / perdas líquidas					42.642		42.642
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1						19.020
Aluguéis e arrendamentos			796			3.035	3.831
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							34.858
Custo com construção da infraestrutura	23			298.718			298.718
Outras			13.614			6.038	19.652
		-	347.285	299.688	42.642	101.733	845.226
Total		1.810.333	347.285	299.688	42.642	101.733	2.655.559

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento social da Companhia que é dividido em: educação, cultura, saúde e saneamento e esporte. Do valor total da rubrica de Outras de R\$19.750 (R\$19.652 em 2017), R\$964 (R\$832 em 2017) referem-se ao montante de doações para investimento social. Adicionalmente, a Companhia também efetuou doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal no montante de R\$475 (R\$1.894 em 2017), apresentadas líquidas dos montantes a recolher de Imposto de Renda e Contribuição social.

24.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2018	2017
Contratos de compra de energia por disponibilidade		569.376	581.989
Contratos de compra de energia por quantidade		504.685	454.703
PROINFA		46.593	47.240
Contratos de compra de energia por cotas		484.649	483.421
Energia de curto prazo	24.1.1	75.284	(54.096)
Energia de Itaipu Binacional	24.1.2	332.227	269.750
Encargo de Energia de Reserva - EER	24.1.3	18.541	(8.375)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		(8.062)	12.461
Outros		7.524	464
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER			(56.392)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(183.888)	(155.549)
		1.846.929	1.575.616

24.1.1 Energia de curto prazo

A variação positiva deve-se, principalmente, aos montantes de: (i) R\$21.580 correspondente às transações de energia comercializada no âmbito da CCEE que apresentam diferenças de PLD entre os submercados; e (ii) R\$23.508 correspondente ao reconhecimento de MCSD de Energia Nova. Adicionalmente, a sobrecontratação de 2018 foi de 107,09% comparada a uma exposição de 108,57% em 2017, liquidados a um PLD médio de R\$290,11 em 2018, contra R\$324,51 em 2017.

24.1.2 Energia de Itaipu Binacional

A variação positiva no exercício é decorrente, substancialmente, do aumento da cotação do dólar em 2018 em relação à 2017, sendo a cotação média de 2018 de R\$3,66, enquanto que em 2017, a cotação média foi de R\$3,19. Vale destacar que a totalidade dos gastos com a variação cambial da energia adquirida de Itaipu Binacional também é considerada no reajuste tarifário da Companhia.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****24.1.3 Encargo de Energia de Reserva - EER**

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN.

24.2 Encargos de uso da rede elétrica

A variação do exercício é decorrente do aumento do repasse dos encargos de uso da rede elétrica relativos à indenização das transmissoras, conforme determinado no reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2017. O montante adicional que está sendo repassado às transmissoras é decorrente do processo de redução tarifária de 20%, ocorrida no ano de 2013, onde as empresas de transmissão, mediante negociação com o Governo Federal, concordaram que deixariam de ser remuneradas por meio da tarifa, recebendo em troca uma indenização. Como esta indenização não foi efetivada pelo Governo Federal, os referidos custos foram incluídos no processo tarifário das distribuidoras, tendo a Companhia apresentado o reflexo nos valores a pagar de encargos de uso da rede elétrica.

24.3 Pessoal e Administradores

	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	64.791	67.457
Encargos	22.151	24.605
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	11.144	12.985
Outros benefícios - Corrente	21.083	22.062
Outros	18.683	12.894
	137.852	140.003
Administradores		
Honorários e encargos	3.327	2.920
Benefícios dos administradores	444	21
	3.771	2.941
	141.623	142.944

24.4 Serviços de terceiros

	2018	2017
Serviços de consultoria	12.606	8.216
Serviços comerciais	66.407	63.973
Serviços de manutenção	46.607	46.595
Serviços técnicos	8.539	8.349
Serviços de limpeza e vigilância	4.385	4.802
Serviços de informática	27.344	25.211
Serviços de publicação e publicidade	3.008	3.658
Serviços de telecomunicações	3.235	3.600
Serviços de transporte	3.956	2.851
Serviços Compartilhados	7.846	
(-) Crédito de PIS/COFINS	(8.162)	(8.017)
Outros	11.175	10.312
	186.946	169.550

25 Resultado financeiro

	Nota	2018	2017
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		8.158	20.364
Energia vendida		77.380	53.486
Depósitos judiciais	12	15.807	5.042
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8	4.756	1.413
Juros e multa sobre tributos	9	4.486	14.730
Outros juros e variações monetárias		957	165
Ajustes a valor presente	7.1	2.570	862
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(7.113)	(13.527)
Outras receitas financeiras		2.781	2.164
		109.782	84.699
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	18.2	(46.168)	(46.434)
Debêntures	17.2	(47.409)	(50.409)
(-) Juros capitalizados	14.2.2	4.573	4.588
Juros e variações monetárias			
Energia comprada			(807)
Juros e multa sobre tributos	9	(6.404)	(19.530)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1	(13.518)	(25.453)
Benefícios pós-emprego	19.1.1 e 19.2	(78.219)	(73.168)
Outros juros e variações monetárias		(5.044)	(5.128)
Outras despesas financeiras		(10.228)	(11.598)
		(202.417)	(227.939)
Total		(92.635)	(143.240)

26 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Nota	2018	2017
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		206.124	149.509
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(70.082)	(50.833)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(162)	(224)
Perdas indedutíveis			(30)
Juros sobre o capital próprio		25.492	27.072
Outras		(334)	(321)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		4.548	598
Incentivos fiscais			
SUDENE	26.1	4.292	2.239
Outros		616	556
Despesa de IRPJ e CSLL		(35.630)	(20.943)
Alíquota efetiva		17,29%	14,01%

26.1 SUDENE

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/10, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2018	2017
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	170.494	128.566
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	5.876	5.876
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	29,01532	21,87985

28 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Aplicações financeiras		Nível 2	21.551	124.708	21.551	124.708
Ativo financeiro indenizável	14.1	Nível 3	1.392.637	1.177.831	1.392.637	1.177.831
			1.414.188	1.302.539	1.414.188	1.302.539
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	47.655	60.663	47.655	60.663
Consumidores e concessionárias	7	Nível 2	765.707	696.735	765.707	696.735
Cauções e depósitos vinculados	12	Nível 2	203	511	203	511
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	159.291	97.637	159.291	97.637
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	2.168	41	2.168	41
			975.024	855.587	975.024	855.587
			2.389.212	2.158.126	2.389.212	2.158.126
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	366.979	385.501	366.979	385.501
Debêntures	17	Nível 2	748.681	486.692	755.102	493.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18					
Moeda nacional		Nível 2	423.683	489.895	423.711	490.463
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	831	1.427	831	1.427
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	45.551	66.459	45.551	66.459
			1.585.725	1.429.974	1.592.174	1.436.963

28.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

28.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 18), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Aplicações financeiras, Debêntures e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

28.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções encontram-se reunidas em uma mesma diretoria.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e a Eletrobras e os bancos BNDES, Citibank e Banco ABC. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.350			1.350	337	675	(337)	(675)
Fundos de investimento	CDI	86			86	22	43	(22)	(43)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.436	-	-	1.436	359	718	(359)	(718)
Debêntures	CDI	(37.025)	(33.742)		(70.767)	(16.763)	(33.390)	16.903	33.948
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(1.265)			(1.265)	(251)	(498)	254	511
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(38.290)	(33.742)	-	(72.032)	(17.014)	(33.888)	17.157	34.459
		<u>(36.854)</u>	<u>(33.742)</u>	<u>-</u>	<u>(70.596)</u>	<u>(16.655)</u>	<u>(33.170)</u>	<u>16.798</u>	<u>33.741</u>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(11.502)	(23.111)	(1.467)	(36.080)	(4.148)	(10.619)	4.148	10.619
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(11.502)	(23.111)	(1.467)	(36.080)	(4.148)	(10.619)	4.148	10.619
		<u>(11.502)</u>	<u>(23.111)</u>	<u>(1.467)</u>	<u>(36.080)</u>	<u>(4.148)</u>	<u>(10.619)</u>	<u>4.148</u>	<u>10.619</u>
Debêntures	IPCA	(18.822)	(67.645)	(7.905)	(94.372)	(7.788)	(15.576)	7.788	15.576
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(16.991)	(35.090)	(1.853)	(53.934)	(4.004)	(8.008)	4.004	8.008
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(35.813)	(102.735)	(9.758)	(148.306)	(11.792)	(23.584)	11.792	23.584
		<u>(35.813)</u>	<u>(102.735)</u>	<u>(9.758)</u>	<u>(148.306)</u>	<u>(11.792)</u>	<u>(23.584)</u>	<u>11.792</u>	<u>23.584</u>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,4% e 8,6% a.a.; IPCA entre 3,3% e 4,5% a.a.; e TJLP entre 6,5% e 7,0% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 17 e 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Consumidores e Concessionárias (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iii) Ativo financeiro indenizável (Nota 14.1) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (iv) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 30.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2018				31/12/2017
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	284.520	25.012	57.447		366.979
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			622	209	831
Debêntures	6.554	45.650	35.293	667.605	755.102
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.995	9.481	98.916	312.319	423.711
Passivos financeiros setoriais				45.551	45.551
	294.069	80.143	192.278	1.025.684	1.592.174
					1.436.963

28.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2018 estão apresentados na nota 30.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível com 3 a 6 anos de antecedência, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;

- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSD's com declaração de sobra.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, passou a não mais poder participar do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal. Logo, não mais pôde realizar reduções de volume nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem desconstratar energia no mercado regulado. Recentemente, mediante Resolução Normativa nº 833/2018, foi regulamentado o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17, passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase final de apuração na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 2018, afetou positivamente o resultado da Companhia em R\$16.745.

28.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2018 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 30.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

28.2.3 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

28.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, a Companhia realiza abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções e Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Em se tratando de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Classificação da instituição financeira			
AAA		206	122.988
AA		20.005	
A		50	1.720
	6	20.261	124.708

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6.2).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****• Ativos financeiros setoriais**

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas de Companhia e incorpora tais ativos na mesma. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados à Companhia os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

28.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

28.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e debêntures	1.178.813	983.576
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(69.206)	(185.371)
Dívida líquida	1.109.607	798.205
Total do Patrimônio Líquido	925.033	791.900
Total do capital	2.034.640	1.590.105
Índice de alavancagem financeira - %	54,54%	50,20%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**29.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2018					
Nota	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2018
			Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16	67.680	(100.000)	96.049	63.729
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	983.576	101.660	87.217	1.178.813
		1.051.256	1.660	183.266	1.242.542
2017					
	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2017
			Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		53.598	(191.090)	205.172	67.680
Empréstimos, financiamentos e debêntures		856.468	30.265	93.230	983.576
		910.066	(160.825)	298.402	1.051.256

29.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2018	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	63.729	67.680
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos Ativos da concessão	4.573	4.588
Capitalização nos Ativos da concessão relativos a contingências	7.876	
Total	76.178	72.268

30 Compromissos contratuais e Garantias**30.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2018				31/12/2017	
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	2.672	4.146	3.279	6.103	16.200	29.333
Obrigações de compra						
Compra de energia	1.772.981	3.094.433	2.964.352	11.753.707	19.585.473	17.604.665
Encargos de conexão e transporte de energia	167.158	497.237	525.909	1.122.885	2.313.189	3.268.157
Materiais e serviços	438.693	258.119	28.958	72	725.842	1.177.903
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.773	82.418	28.278	7.484	191.953	211.559
	2.455.277	3.936.353	3.550.776	12.890.251	22.832.657	22.291.617

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2018				31/12/2017	
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	2.672	4.350	3.666	7.332	18.020	26.345
Obrigações de compra						
Compra de energia	1.790.377	3.310.150	3.542.306	20.898.397	29.541.230	23.298.924
Encargos de conexão e transporte de energia	249.485	498.970	498.970	1.247.425	2.494.850	3.357.303
Materiais e serviços	438.693	267.953	32.367	168	739.181	961.003
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	76.424	86.436	37.995	11.862	212.717	201.325
	<u>2.557.651</u>	<u>4.167.859</u>	<u>4.115.304</u>	<u>22.165.184</u>	<u>33.005.998</u>	<u>27.844.900</u>

30.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado, (ii) Recebíveis, (iii) Notas Promissórias e (iv) Fiança Corporativa.	426.425	493.556
Seguro de vida	Aval de acionista	114.628	108.105
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia.	282.795	280.671
Compra de energia	(i) Depósito Cauçionado e (ii) Recebíveis.	104.005	73.113
Outros	Recebíveis	28.250	27.713
		<u>956.103</u>	<u>983.158</u>

31 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	530.867	32.000	439.239	32.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	45.447	45.447	44.365	44.365
Transportes (materiais)	14.400	2.500	14.000	2.000
Transportes (veículos)	789	789	2.029	2.029
Seguro de Vida	114.628	(*)	108.105	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial das subestações onde, dentre os itens segurados, destacam-se máquinas e equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$3.731.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Michel Nunes Itkes
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Helio Colombo
Conselheiro

Edson Wilson Bernardes França
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Michel Nunes Itkes
Diretor-Presidente

Fernando Peixoto Saliba
Diretor de Sustentabilidade

João Manuel Brito Martins
Diretor Comercial e Diretor de Distribuição

Donato da Silva Filho
Diretor de Regulação e Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo

José Roberto Pascon
Diretor de Planejamento e Engenharia

Dyogenes Rosi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Proposta de Orçamento de Capital



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Não há proposta de Orçamento de Capital para a Companhia, devido à distribuição integral do lucro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S.A.

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível (Consulte as notas explicativas 14.1, 14.2.1.1 e 14.2.1.3 às demonstrações financeiras)

As demonstrações financeiras apresentam saldos no ativo não circulante referentes a valores em construção (ativos de concessão) no montante de R\$184.108 mil, valores a amortizar no período da concessão (intangível) no montante de R\$ 672.217 mil e a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente (ativo financeiro indenizável) no montante de R\$ 1.392.637 mil, referentes às atividades de distribuição. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no contrato de construção de distribuição de energia está previsto que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão dão origem a um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente e, o investimento remanescente, deve ser classificado como um intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de energia pelos consumidores. A avaliação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e intangível, pós período de construção (ativos de concessão), envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável e intangível, assim como os controles e critérios de elegibilidade para valorização e registro de adições dos ativos de infraestrutura, os quais estão sujeitos à revisão e homologação pela ANEEL.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo de alocação dos investimentos e valorização do ativo financeiro indenizável; realização de inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício; avaliação da atualização monetária dos valores envolvidos, além de testes do cálculo da amortização do intangível. Avaliamos também as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do ativo financeiro indenizável e do intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado (Consulte as notas explicativas 7 e 23 às demonstrações financeiras)

Parte das receitas de vendas de energia da Companhia é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2018, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras R\$ 145.634 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia, tais como índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

De acordo com artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, amparado pelo Capítulo XIII da Lei nº 6.404, a Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

A Assembleia Geral da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., realizada em 25 de abril de 2018, não deliberou a instalação do Conselho Fiscal ou Órgão equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 21 de fevereiro de 2019, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Presidente

DYOGENES ROSI

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOÃO MANUEL BRITO MARTINS

Diretor Comercial e Diretor de Distribuição

JOSÉ ROBERTO PASCON

Diretor de Planejamento e Engenharia

DONATO DA SILVA FILHO

Diretor de Regulação e Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo

FERNANDO PEIXOTO SALIBA

Diretor de Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 21 de fevereiro de 2019, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Presidente

DYOGENES ROSI

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOÃO MANUEL BRITO MARTINS

Diretor Comercial e Diretor de Distribuição

JOSÉ ROBERTO PASCON

Diretor de Planejamento e Engenharia

DONATO DA SILVA FILHO

Diretor de Regulação e Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo

FERNANDO PEIXOTO SALIBA

Diretor de Sustentabilidade